

**COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR
À ATUAÇÃO DO ESTADO NA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS
NA SEQUÊNCIA DOS INCÊNDIOS DE 2017 NA ZONA
DO PINHAL INTERIOR**

[Inquérito Parlamentar n.º 2/XIV/1.ª (PSD)]

Reunião n.º 35

12 de janeiro de 2021

(17:17 h — 19:21 h)

Ordem do dia:

Audição do Sr. Eng.º João Paulo Catarino, na qualidade de ex-Coordenador da UMVI (Unidade de Missão para a Valorização do Interior).

Presidente da Comissão: Paulo Rios de Oliveira (PSD)

Deputados oradores: Hugo Patrício Oliveira (PSD)

Fabíola Cardoso (BE)

Raul Miguel Castro (PS)

Olga Silvestre (PSD)

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Muito boa tarde, Sr.^{as} e Srs. Deputados, está reunida a Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à atuação do Estado na atribuição de apoios na sequência dos incêndios de 2017 na zona do Pinhal Interior.

Eram 17 horas e 17 minutos.

Esta reunião ordinária destina-se à audição presencial do Sr. Secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território, o Eng.º João Paulo Catarino, na qualidade de ex-Coordenador da Unidade de Missão para a Valorização do Interior (UMVI), a requerimento do PSD.

Conforme é do conhecimento das Sr.^{as} Deputadas e dos Srs. Deputados, nos termos deliberados na Conferência de Líderes, esta audição decorre apenas com a presença dos coordenadores ou intervenientes diretos, sendo que os demais Sr.^{as} e Srs. Deputados desta Comissão nos acompanham *online*.

A forma de funcionamento da Comissão, que é do conhecimento de todos, mas da qual dou conhecimento ao nosso depoente, a quem saúdo e agradeço a presença, é a seguinte: uma intervenção inicial por parte do depoente, até um máximo de 10 minutos, querendo fazê-la, de enquadramento da sua presença, à qual se seguem três rondas potenciais; uma primeira ronda de 8 minutos para cada grupo parlamentar, em modelo de pergunta-resposta; uma segunda ronda, quando requerida, de 5 minutos para cada grupo parlamentar, com resposta global no final; e, se necessário, uma terceira ronda, com 3 minutos para cada grupo parlamentar, sendo reservados 2 minutos a cada Sr. Deputado ou Sr.^a Deputada para usar da palavra, individualmente, assim o requeira.

Sr. Secretário de Estado, seja bem-vindo. Pergunto-lhe se pretende usar da palavra para uma intervenção inicial ou se poderemos dar início à primeira ronda de imediato.

O Sr. Eng.º **João Paulo Catarino** (ex-Coordenador da Unidade de Missão para a Valorização do Interior): — Pretendo, sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Então, faça favor, a palavra é sua.

O Sr. Eng.º **João Paulo Catarino**: — Ex.^{mo} Sr. Presidente da Comissão, Ex.^{mas} Sr.^{as} Deputadas, Ex.^{mos} Srs. Deputados: Antes de mais, gostaria de agradecer a oportunidade de poder contribuir para a clarificação e esclarecimento de situações que possam, eventualmente, estar ainda por esclarecer.

Na sequência dos trágicos incêndios de 2017, o Governo aprovou um conjunto de diplomas e lançou várias linhas de apoio dirigidas aos territórios afetados, desde logo, para fazer face às situações de emergência, nomeadamente na habitação, emprego, prestações sociais, recuperação e reposição de infraestruturas, apoios aos agricultores, e, numa perspetiva de médio prazo, fez aprovar o Programa de Revitalização do Pinhal Interior (PRPI).

No sentido de garantir um acompanhamento mais próximo, nomeadamente na interlocução entre as várias áreas governativas e os atores locais, foi também decidido deslocalizar a Unidade de Missão para a Valorização do Interior para a vila de Pedrógão Grande. Enquanto coordenador, à data, desta estrutura, fiquei responsável por garantir esta articulação da ação dos vários ministérios no território, em particular para coordenar a elaboração e implementação do PRPI, através da mobilização

das comunidades locais e dos seus representantes, as autarquias locais e os parceiros sociais e agentes económicos, regionais e locais.

Este Programa, de âmbito multissetorial e interministerial, marcadamente territorializado, assentou a sua estratégia programática em torno de três grandes objetivos: reforçar a segurança das populações e proteção dos espaços florestais; promover o desenvolvimento económico e social das regiões afetadas, tendo em vista a atração e fixação de investimento produtivo, a fim de criar emprego sustentado e melhorar as condições de vida das populações; e, no âmbito estrutural, promover o ordenamento sustentado do espaço rústico.

Da avaliação global do último balanço destacam-se, como dados essenciais à implementação do PRPI, as respostas de vários ministérios, nomeadamente na disponibilização de vários instrumentos de apoio, nacionais e comunitários, para a execução das medidas propostas e a adesão das autarquias como as grandes executoras do programa, tal como o tecido empresarial, tanto na fase de reposição do potencial produtivo como na fase de pós-reposição e aumento da capacidade produtiva.

No total, foram canalizados, através de avisos dedicados, cerca de 278 milhões de euros de investimento público, nas diferentes áreas setoriais, representando mais de 550 milhões de euros de investimento total.

Quanto aos resultados, no cumprimento dos três objetivos estratégicos, e começando pelo objetivo de reforçar a segurança das pessoas e a proteção dos espaços florestais, a partir de uma melhor coordenação e capacitação do dispositivo operacional e de uma melhor preparação e envolvimento das pessoas e comunidades face à ocorrência de riscos, foram implementadas medidas inscritas no PRPI, com importantes impactos, não só no terreno como a nível nacional, nomeadamente ao nível da perceção e sensibilização das pessoas face ao risco. É o caso de programas como o Aldeia Segura, Pessoas Seguras, com implementação, à escala local, de um

conjunto de ações, desde formação para a evacuação a criação de abrigos, com o objetivo de garantir a proteção e a segurança das pessoas e dos seus bens face à ocorrência de incêndios rurais; a campanha Portugal Chama, que procura promover a alteração de comportamentos na sociedade, nomeadamente no que diz respeito às ações de controlo de matéria combustível, de modo a garantir que se façam com o menor risco possível — a este nível, destaca-se a medida que veio obrigar ao registo das queimas e queimadas, passando a ser possível a sua monitorização; ou, ainda, o reforço das equipas de sapadores e vigilantes, acompanhado de alterações ao nível da coordenação e afetação dos recursos.

Os resultados são positivos. Nestes últimos três anos, reduziram-se substancialmente o número de ignições e, no terreno, são visíveis as intervenções físicas centradas, sobretudo, a nível das faixas de gestão, quer em torno dos aglomerados, quer das vias rodoviárias, contribuindo para aumentar a segurança das populações e a proteção dos espaços florestais.

No que diz respeito ao objetivo de desenvolver uma estratégia de revitalização económica dos concelhos afetados, os números dos projetos aprovados ao abrigo dos diversos avisos lançados são bem elucidativos dos investimentos que se estão a operar no território. Mais de 400 projetos de investimento, 139 milhões de euros e 87 milhões de euros de incentivo público são montantes que deixam antever mudanças importantes na estrutura do tecido económico, em particular, tendo em consideração o contexto e as dinâmicas económicas do Pinhal Interior.

Finalmente, quanto ao objetivo de aumentar a gestão e o ordenamento dos espaços rústicos, garantindo-lhe maior resiliência e sustentabilidade ambiental, sendo este o objetivo mais ambicioso para a região é também o mais exigente, requerendo uma consistência e integração de políticas e apoios suficientemente robusta, que não vincule apenas as entidades

públicas, da administração central e local, mas também, e sobretudo, os privados.

Ora, sendo que 98% da área florestal é privada e, no caso da região do Pinhal Interior, propriedade de milhares de pequenos proprietários — conferindo-lhe uma estrutura fundiária marcada pela dispersão, fragmentação e pequena dimensão —, a viabilidade e sustentabilidade económica das explorações encontra-se comprometida, não só levando ao seu abandono, mas também ao desinteresse em investir, mesmo com apoios dirigidos.

Com efeito, o custo de oportunidade associado à pequena dimensão, às baixas rentabilidades e à apreciação do elevado risco de incêndio explicam a baixa adesão aos apoios do PDR 2020 (Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020) que foram dirigidos para este objetivo de promover a gestão e o ordenamento do espaço rústico, nomeadamente as medidas de incentivo ao investimento nas áreas florestais, em particular nas áreas ardidadas.

Dos 16 milhões de euros do PDR 2020 dirigidos ao Pinhal Interior para ações de reflorestação, arborização, recuperação, beneficiação e restabelecimento das áreas ardidadas, apenas foram mobilizados cerca de 900 000 €, num total de 41 projetos aprovados, dos quais, 63% foram submetidos por privados, mas que representam apenas 35% do investimento público, ou seja, 313 000 €.

Já no caso das operações em que as autarquias locais têm possibilidade de intervir, nomeadamente nas ações de estabilização de emergência ou de prevenção contra agentes bióticos, designadamente o controlo de invasoras, a adesão superou largamente a dotação inicial. No caso da estabilização de emergência foram abertos avisos com 12 milhões de euros dirigidos ao Pinhal Interior, tendo sido aprovados mais de 15 milhões de euros de

incentivo público. No total, 61 candidaturas, das quais, mais de três quartos foram apresentadas por autarquias locais.

Além destes projetos, financiados pelo PDR 2020 e liderados pelas autarquias, destacam-se ainda as intervenções prioritárias para a proteção dos recursos hídricos, nomeadamente para garantir o escoamento das linhas de água, minimizar a erosão e o arrastamento do solo e minimizar o efeito das cheias e inundações, financiadas pelo Fundo Ambiental, através de protocolos estabelecidos entre os municípios e a Agência Portuguesa do Ambiente. No total, para o Pinhal Interior, foram financiados mais de 3,5 milhões de euros, apoio que se estendeu a outros concelhos fustigados pelos incêndios de 2017, representando mais de 12 milhões de euros, cerca de 600 km de linhas de água intervencionadas, 1100 passagens hidráulicas, 69 açudes, 49 pontões e 130 000 m lineares de técnicas de engenharia natural.

Estas intervenções, determinantes para minimizar os efeitos de incêndios, apresentam, no entanto, impactos limitados no terreno, devendo ser acompanhadas de ações de restabelecimento e de alteração e gestão da estrutura dos povoamentos florestais, mas, como foi referido, elas dependem dos proprietários das explorações ou de entidades que os representem, cuja ação tem sido muito limitada. Isso é bem expresso nas áreas em que não foi abatida nem removida a madeira e os destroços ardidos, o que, para além de ser um elemento negativo em termos paisagísticos, dificulta as ações de condução e gestão da regeneração natural.

Estas dificuldades e condicionalismos à promoção de uma alteração paisagística, quer em termos de ocupação dos solos, quer da sua gestão — implicando, para isso, a mobilização dos proprietários florestais a participarem no processo através da agregação — levaram o Governo a lançar o Programa de Transformação da Paisagem, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho, com o objetivo de promover uma alteração estrutural da paisagem através de mosaico,

reintroduzindo a agricultura e dando preferência às espécies autóctones de crescimento lento, evitando a monocultura, para, assim, conferir maior resiliência face às alterações climáticas.

Este Programa define os territórios vulneráveis, tendo como critério-base a carta de perigosidade de incêndio. São eles as freguesias do continente em que mais de 40% do território se encontra sob perigosidade alta ou muito alta de incêndio rural e, destas, os agrupamentos de freguesias com área superior a 200 km². Institui ainda a modalidade Multifundos, que integra os instrumentos de financiamento do FEADER (Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural) e do Fundo Ambiental, sendo que as operações passam a poder beneficiar de apoios ao investimento, via Programa de Desenvolvimento Rural, e de apoios à manutenção, via Fundo Ambiental.

O objetivo é tornar mais atrativos os investimentos em espécies mais adaptadas ao território, compensando as perdas de rendimento associadas à promoção de serviços ambientais e à redução da vulnerabilidade da floresta.

Com este enquadramento, foram lançados cinco avisos do PDR, no valor de 100 milhões de euros, para apoio ao investimento, complementados com 43 milhões de euros do Fundo Ambiental, para apoiar, durante 20 anos, a manutenção e gestão dos novos povoamentos — desde que de crescimento lento ou autóctones —, prevendo-se também o financiamento significativo através do Plano de Recuperação e Resiliência, em fase de aprovação.

Para finalizar, e retomando o assunto que me traz aqui, cumpre-me fazer um breve enquadramento do papel da UMVI no Fundo REVITA, criado pelo Governo através do Decreto-Lei n.º 81-A/2017, de 7 de julho, com o objetivo de gerir os donativos destinados a apoiar socialmente as populações e promover a revitalização das áreas afetadas pelos incêndios ocorridos no mês de junho de 2017, nos concelhos de Castanheira, Figueiró e Pedrógão Grande.

Em termos orgânicos, o Conselho de Gestão do Fundo REVITA foi constituído com uma Comissão Técnica, composta por representantes dos três municípios, por técnicos da CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional) Centro e, desde setembro de 2017, por técnicos da Unidade de Missão para a Valorização do Interior e da Cruz Vermelha Portuguesa, para apoiar a coordenação logística de apetrechamento.

Para além desta responsabilidade, a UMVI tinha ainda a incumbência de reporte permanente à tutela e o papel de desbloquear questões com autarquias e outras entidades externas.

Com o Fundo, foi possível canalizar apoios para a reconstrução e respetivo apetrechamento de 99 casas, a apoiar de forma integral. Em menos de um ano, mais de 60% das casas estavam concluídas. Das 99 casas, encontram-se por concluir pouco mais de 10%, por estarem suspensas no âmbito dos inquéritos efetuados ou por questões particulares, relacionadas com os proprietários. No total, representou um apoio de cerca de 2 milhões e 800 mil euros em reconstruções de habitações.

Para além deste apoio, parte dos donativos do Fundo REVITA foi destinada à recuperação da atividade dos produtores agrícolas e da agricultura de subsistência, com prejuízos entre os 1053 € e os 5000 €, tendo sido atribuídos e processados subsídios a 1131 produtores agrícolas, no valor total de 3 milhões 442 mil 967 euros e 76 cêntimos.

Em traços gerais, foram estas as áreas, apoios e medidas que, como coordenador para a Unidade de Missão para a Valorização do Interior e, posteriormente, enquanto Secretário de Estado para a Valorização do Interior, tive oportunidade de coordenar, no caso do PRPI, e de acompanhar a nível do Fundo REVITA.

Tenho consciência de que, em termos de resposta de emergência, e apesar de todo o alarido e polémicas — muitas delas bem desnecessárias! —, estivemos à altura, enquanto País, ao nível das respostas estruturais, e

considero que temos os instrumentos criados, em termos programáticos, regulamentares e financeiros. Apesar das debilidades e sucessivas calamidades que tem conhecido, o território conta com o empenho e motivação dos atores locais, em particular dos autarcas.

Termino, realçando o profundo empenho, que tive oportunidade de constatar, de toda a Administração Pública e dos seus colaboradores, que se empenharam de forma inexcedível, tal como os portugueses, com a sua solidariedade, para apoiar aqueles que, tendo sido vítimas, acabaram por se ver envolvidos numa triste campanha mediática que, em alguns casos, tudo fez para os transformar em criminosos.

Sr. Presidente, não sei se ultrapassei o prazo previsto, provavelmente sim, mas como me tinham dado 15 minutos, na documentação que me enviaram... Peço desculpa.

O Sr. Presidente: — Ora essa!

Vamos, assim, dar início à nossa audição, começando pelo Grupo Parlamentar do PSD, que indicou este depoente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Oliveira.

O Sr. Hugo Patrício Oliveira (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Eng.º João Paulo Catarino — Sr. Secretário de Estado, porque, embora não esteja cá nessa qualidade, não deixa de o ser —, a data de 17 de junho de 2017 ficará, para sempre, gravada na nossa memória como o dia em que a tragédia desceu sobre um território do interior do nosso País, levando mais de seis dezenas de vidas e provocando centenas de feridos.

Esta Comissão, não tendo como objeto o incêndio, em si, incide sobre a responsabilidade do Estado na atribuição dos apoios em sequência dos incêndios. Ora, o Governo criou, em 2015, a Unidade de Missão para a Valorização do Interior, relembro, tendo como missão criar, implementar e

supervisionar um programa nacional para a coesão territorial, bem como promover medidas de desenvolvimento do território do interior, de natureza interministerial.

Sr. Engenheiro, ouvi a sua intervenção, mas tenho algumas dúvidas. Três anos e meio depois da tragédia de Pedrógão Grande, no fundo, o que é que foi feito em ações e medidas de recuperação dos danos florestais e de reordenamento da floresta da zona do Pinhal Interior?

Mais: a Unidade de Missão criou projetos-piloto. Já algum deles passou desta fase de amostra, para poder ser aplicado e dar frutos a nível do desenvolvimento rural, planeamento e infraestruturas?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Eng.º **João Paulo Catarino**: — Sr. Deputado, quanto à questão dos projetos-piloto, vou dar-lhe três exemplos de projetos-piloto que foram criados, na altura, e que hoje são excelentes exemplos a nível nacional: o Aldeia Segura, Pessoas Seguras, de que já falei; o Portugal Chama, com a obrigatoriedade da comunicação prévia para as queimas e queimadas, o que — para além, obviamente, de outras medidas — nos levou a reduzir substancialmente o número de ignições; e o programa do Cadastro Simplificado, que se iniciou precisamente naquele território e que tivemos oportunidade de ver ser alargado, pela lei da Assembleia da República, para o todo nacional que não tem cadastro geométrico, o que está em curso.

Estes são, pelo menos, três daqueles de que me lembro agora. São três projetos-piloto, que começaram, precisamente, com o Programa de Revitalização do Pinhal Interior e que são, hoje, uma realidade para o contexto nacional. Só por estes, diria que já valeu a pena.

Depois, falou-me na questão florestal. Obviamente, essa é a questão sobre a qual podemos e devemos, certamente, falar mais, porque é aquela onde o desafio é maior e onde, tendo consciência das limitações da regulamentação e de tudo quanto tínhamos, à data, criámos o Programa de Transformação da Paisagem, precisamente, para dar resposta a essas grandes limitações.

Dou-lhe um exemplo: no PDR, na altura, foram abertos avisos direcionados só para aqueles territórios, com 16 milhões de euros. Houve 900 000 € de candidaturas. E porquê? — perguntar-me-á a seguir, e vou responder-lhe já. Porque, em bom rigor, pessoas que acabaram de perder tudo num incêndio florestal, a motivação que teriam para voltar a investir... Mesmo que o apoio fosse a 85%, como estava definido no PDR e nos avisos que foram abertos, mesmo assim, as pessoas não achavam suficientemente atrativo, até pela desmotivação óbvia que um incêndio daquela natureza provocava nos proprietários.

Posto isto, no Programa de Transformação da Paisagem, o Governo aumentou a dotação de 85% para 95% — aquilo que a União Europeia nos permitiu, no âmbito da alteração ao regulamento comunitário — e associou 20 anos de apoio. Ou seja, as pessoas que hoje se candidatarem podem receber, durante 20 anos, de 80 € a 140 €, em função da espécie, para pagamento do serviço ecossistémico e como compensação para a gestão florestal.

Foram precisamente essas as alterações que fizemos, é isso que está no Programa de Transformação da Paisagem, porque temos bem consciência de que os apoios e incentivos eram insuficientes, por todas estas razões e até por uma razão óbvia... Porque é que enquanto foi possível plantar eucalipto, enquanto a lei permitia plantá-lo, mais ou menos sem grande controlo, as pessoas optavam pelo eucalipto? Porque o mesmo proprietário, tendo uma parcela de pinheiro-bravo e outra de eucalipto... Com apoios a 85% no

pinheiro-bravo, não o plantavam, mas no eucalipto, pagando do seu bolso a plantação, a adubação, a manutenção, faziam-no. Porquê? Porque a previsibilidade de ter algum retorno económico do investimento que estavam a fazer era muito maior do que estando a investir numa espécie que precisava de 30 ou 40 anos para ter um retorno económico.

O Governo, tendo consciência disso, criou este instrumento em que, pagando praticamente a totalidade da plantação, ainda dá um apoio, durante 20 anos, ao proprietário. Para além disso, podemos falar das outras componentes, uma delas criada aqui, com autorização da Assembleia da República para o rendimento reforçado, precisamente para aqueles casos onde entendermos que há um conjunto significativo de proprietários que querem aderir a um projeto desta natureza, mas em que, se houver um ou outro proprietário que não queira aderir, o Estado, ou essa entidade gestora, tenha a faculdade de arrendar essa propriedade, delegar a gestão a essa entidade gestora e fazer um projeto de intervenção à escala.

Devo dizer que, com essas Áreas Integradas de Gestão da Paisagem, já temos 10 candidaturas a nível nacional, uma delas em Góis, naquele território, e, com este projeto, esperamos dar resposta àquilo que veio a provar-se que não funcionou no caso dos incêndios de Pedrógão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sobre a questão da adesão ao PDR, falaremos mais tarde, porque tenho a mesma opinião, mas... Já passaram nesta Comissão vários autarcas, vários *stakeholders* daquela região, vários cidadãos, produtores agrícolas, e foram poucos os que não referiram duas coisas. Primeiro, após os incêndios, pouco foi feito a nível da reflorestação e do ordenamento do território, chegando mesmo a falar-se de uma oportunidade perdida; e, ao contrário do que dizia o Sr. Primeiro-

Ministro — «nada mais será igual», foi essa a expressão —, estas pessoas vivem aterrorizadas de que uma tragédia volte a acontecer.

Enquanto Coordenador da Unidade de Missão, à altura, e agora enquanto Secretário de Estado, isto não lhe tira o sono?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º **João Paulo Catarino**: — Não me tira o sono e vou-lhe dizer porquê: porque tenho a consciência tranquila. Quanto àquilo que achei que deveria ser feito, tive a felicidade de me confiarem uma pasta que me permite construir um programa ajustado, especificamente, àqueles territórios.

Com o Programa de Transformação da Paisagem, fizemos uma coisa que nunca se tinha feito. Primeiro, territorializámos a política florestal. Até hoje, até antes deste Programa de Transformação da Paisagem, a política florestal portuguesa era igual para o País todo, esquecendo completamente a realidade do Pinhal Interior, por exemplo, mas há outros territórios e o mapa é aquele que está nos territórios vulneráveis. Foi publicado a 26 ou 28 de dezembro, em Diário da República, com uma portaria conjunta, onde está bem definido qual é o País florestal que precisa, efetivamente, de mais investimento público e de mais atenção do Estado. Hoje, há um mapa específico para o que o País florestal precisa, efetivamente.

Há fileiras ou subfileiras florestais que só precisam de regulação. O eucalipto não precisa de apoios, o sobreiro precisa de ser regulado e mantido, mas há um País, como o Pinhal Interior, que precisa de regulação, precisa de mais investimento público e de outro tipo de políticas.

Por isso é que aprovámos o Programa de Transformação da Paisagem, que, agora, nos permite fazer aquilo que eu já sabia, enquanto coordenador. Aliás, este trabalho foi também iniciado com meu antecessor e, acima de

tudo, na Secretaria de Estado da Valorização do Interior, com o Ministro Siza Vieira, na altura. Muitas destas medidas foram trabalhadas já no Governo anterior, mas, com esta aprovação do Programa de Transformação da Paisagem, temos hoje um quadro regulamentar, um quadro legal e um quadro financeiro associado, que nunca tivemos. Efetivamente, e em abono da verdade, nunca tivemos em Portugal apoios a 20 anos para a floresta autóctone ou para a floresta de crescimento lento.

E não podemos tratar... Fazer floresta, em solo privado, que tenda para a perenidade é uma coisa que não encaixa. Isto existe e é muitas vezes comparado com o norte da Europa, mas com o pequeno pormenor de que é em solo público. Fazer floresta para a perenidade, onde não é necessário cortar as árvores, existe... em solo público. Mas, como temos 98% do território privado, se este tipo de floresta é importante para o País e para o planeta, temos de apoiar os proprietários para fazerem esse tipo de floresta.

Com este Programa de Transformação da Paisagem damos resposta a essas questões e, felizmente, estamos já com 10 autarquias — espero que, em breve, sejam muitas mais! — a construir estas Áreas Integradas de Gestão da Paisagem, onde podemos, efetivamente, fazer uma transformação da paisagem. Porque o que se passa no Pinhal Interior... Não sei se tenho tempo para as respostas. Qualquer coisa, interrompam-me, porque posso entusiasmar-me.

A questão é que, em bom rigor, do que precisamos no Pinhal Interior é, acima de tudo, de uma transformação da paisagem. Hoje, a ciência diz-nos que com uma ocupação do solo, por concelho, acima dos 60% ou 65%, essencialmente de pinheiro-bravo e eucalipto, do ponto de vista da defesa contra incêndios, a floresta passa a ser quase indefensável. Ou seja, ciclicamente, aquilo que se tem vindo a passar... Aquilo que ardeu, no ano passado, em Proença, Oleiros e Sertã, ardeu a 1 de agosto de 2003; aquilo que se passou em Mação começou, julho, em 1998. Ciclicamente, os fogos

vão sucedendo e, se não alterarmos significativamente a paisagem, isto vai continuar a ser cíclico, obviamente, com ciclos cada vez mais curtos, também por causa das alterações climáticas.

Com este Programa de Transformação da Paisagem o que se pretende é reduzir, nalguns casos, a ocupação florestal, criando um mosaico silvo-pastoril ou agrícola, com a reintrodução da agricultura em alguns destes territórios, precisamente para que esta floresta seja compartimentada com outras espécies florestais mais resilientes ao fogo e, preferencialmente, com uma componente agrícola mais forte, que se tem vindo a perder nos últimos anos. É precisamente isso que estamos a tentar fazer com este Programa de Transformação da Paisagem.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. Hugo Patrício Oliveira (PSD): — Creio que pode não estar a conseguir atingir esses objetivos, porque a nota informativa do Observatório Técnico Independente (OTI) diz, e passo a citar: «Não estamos seguros de que o País esteja suficientemente preparado para enfrentar eventos da mesma magnitude, sobretudo porque as variáveis determinantes permanecem sem alterações estatutárias». Claro que estamos a falar, entre outras, do ordenamento, gestão florestal, recuperação de áreas ardidas e mitigação dos riscos desadequados, insuficiente formação e qualificação de agentes, precariedade laboral de diversos agentes, entre outros...

Aliás, o Presidente do Observatório esteve nesta Comissão e falou-nos de que havia mudanças estruturais que eram fáceis de concretizar. Por exemplo, o fim dos quadros de precariedade no quadro de proteção civil seria uma coisa fácil de fazer.

O Sr. Eng.º João Paulo Catarino: — Desculpe, não percebi.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — O que o Presidente do Observatório nos disse foi que o fim dos quadros de precariedade no quadro da proteção civil seria uma medida fácil de implementar.

O Sr. Eng.º **João Paulo Catarino**: — Ah! Sim.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Pergunto-lhe: não era sua tarefa ajudar a percorrer o caminho de reordenamento, para mitigar esses obstáculos?

Passados três anos desde o incêndio, pode afirmar que a zona do Pinhal Interior está apta para responder a uma situação idêntica de catástrofe, como aquela que tivemos em 2017?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Eng.º **João Paulo Catarino**: — Ora bem, aquilo de que falei é de uma transformação da paisagem que não se faz de um ano para o outro. É óbvio que quem passa no território e olha para ele fica, efetivamente, com a perceção de que, antes, muito pouco aconteceu de diferente.

O que lhe posso garantir é que, neste ano que tenho nesta Secretaria de Estado, criámos um Programa de Transformação da Paisagem completamente disruptivo em relação ao anterior, vocacionado e direcionado exclusivamente para os territórios mais vulneráveis. Associámos-lhe um quadro financeiro, coisa que nunca teve, e, para além de todo este dinheiro do PDR e do Fundo Ambiental, que já disponibilizámos, com estes 100 milhões de euros nos avisos que abrimos e territorializámos, 70% deste dinheiro, destes 100 milhões de euros abertos pelo PDR, foi territorializado.

Ou seja, não foi para o campeonato nacional, porque, se fossem para o campeonato nacional, provavelmente, 80% desse dinheiro iria ser para o mesmo território. E esse território é, provavelmente, aquele que menos precisa de apoio de investimento público, porque tem associadas espécies que são economicamente viáveis e os seus proprietários preocupam-se com elas.

Por isso é que abrimos os 100 milhões de euros que tínhamos disponíveis no PDR e localizámo-los, essencialmente, nas regiões que mais precisavam desse investimento. E fizemos diferente. Associámos mais 43 milhões de euros, a 20 anos, para que os proprietários tivessem um envelope financeiro que lhes garantisse um rendimento anual periódico, para que pudessem investir nestas espécies de crescimento lento, obviamente.

Tendo consciência de que se continuarmos a investir nas mesmas espécies, nestes territórios, o resultado será, porventura, o mesmo que tivemos até agora, associámos o Programa de Transformação da Paisagem. Aí, criámos estas intervenções microterritoriais, que são as Áreas Integradas de Gestão da Paisagem, onde o Estado paga tudo: paga a elaboração do projeto, que são as OIGP (Operações Integradas de Gestão da Paisagem), paga a contratação dos técnicos para elaborar o projeto, paga o projeto e dá um apoio a essa entidade gestora por 20 anos. Além disso, criou um mecanismo para que, nos casos em que... A grande maioria dos proprietários está de acordo, mas existe um pequeno e reduzido número de proprietários que não estão de acordo com a intervenção e que não fazem nem deixam fazer. Atenção, isto é só nos casos em que o Estado paga tudo e, mesmo assim, o proprietário diz: «A terra é minha e eu não faço nem deixo fazer.»

Só é possível arrendar forçosamente as parcelas aos proprietários nestas circunstâncias em que, antes, o Estado apresenta o projeto e o fundo de financiamento, mas mesmo nestes casos o proprietário diz que não faz nem deixa fazer.

O arrendamento forçado, aprovado aqui, na Assembleia da República, é precisamente só para estes casos. Então, a propriedade é arrendada pelo preço justo ao proprietário, que delega a gestão dessa propriedade à entidade gestora, a qual, neste caso concreto, pode fazer uma transformação da paisagem, pode reduzir substancialmente as espécies mais inflamáveis; reintroduzir a agricultura, obviamente, por métodos biológicos, com agricultura biológica, preferencialmente, ou de proteção integrada; criar as faixas de interrupção de combustível; e pagar uma servidão administrativa sobre essa terra do proprietário, que fica com uma faixa de interrupção de combustível criada no seu terreno. Pode fazer tudo isso.

Por isso, como lhe digo, hoje, temos criado... Para além de tudo isto, inscrevemos, ou inscreveu o Governo, melhor dizendo, 220 milhões de euros no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para estes projetos-piloto e para os projetos — neste caso, não são piloto — destas Áreas Integradas de Gestão da Paisagem. Portanto, são 220 milhões do PRR para estes projetos e para intervenções localizadas nestes territórios.

Julgo que, obviamente, não se faz tudo de um dia para o outro. Como sabe, levámos mais de meio ano ou quase um ano a conseguir ter o arrendamento forçado em condições de poder ser executado e, com todo este quadro regulamentar, foi também preciso, em alguns casos, rever até a questão do PDR. Tudo isto foi feito na perspetiva de, ao fim de um ano, termos um quadro regulamentar, um quadro legal e um quadro financeiro criados para que...

Mas também lhe vou dizer, com toda a franqueza, que isto só acontecerá e só está a acontecer onde os autarcas, efetivamente, não têm receio de ser os protagonistas desta transformação. Não vai ser o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) nem vamos ser nós a fazê-lo. Ou os autarcas, os agentes locais e as organizações de produtores florestais locais se mobilizam e entendem que isto é, efetivamente, uma

prioridade ou, então, dificilmente o conseguiremos fazer. Por isso é que temos já um conjunto de autarcas que entenderam esta necessidade de ordenamento do território, de que falou, e muito bem, como uma prioridade.

Para além disso, temos agora mais um instrumento, o cadastro simplificado, no qual estamos já a trabalhar e a generalizar e que nos permite identificar todos estes proprietários. Nestas Áreas Integradas de Gestão da Paisagem, o primeiro passo é, precisamente, o de fazer o cadastro simplificado, o de identificar os proprietários e de lhes associar as parcelas. Até porque lhes vamos pagar um rendimento durante 20 anos, precisamos de saber concretamente quem é o proprietário e qual é a área que lhe está afeta.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Secretário de Estado.

Sr. Deputado Hugo Oliveira, faça favor.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Obrigado, Sr. Presidente.

Tenho a certeza de que o Sr. Secretário de Estado concorda que as segundas habitações são extremamente importantes para que não haja abandono do território e, ainda por cima, pela sua importância na valorização do interior.

De facto, foram muitas as segundas habitações que arderam nos incêndios e os proprietários não receberam qualquer apoio do Estado para elas serem reconstruídas. Aliás, não foram incluídas no plano REVITA e, mais, metade do valor do REVITA — mais concretamente, 58% — foi alocado aos apoios agrícolas, de forma simplificada. Por isso é que, há pouco, lhe dizia que, provavelmente, discordava da questão da adesão ao PDR. Provavelmente, o PDR teve menos adesão porque as pessoas tinham forma de ter apoio através do REVITA.

Portanto, não consigo alocar estes 58%, tendo em conta que havia, da parte do Estado... Estamos a falar de políticas públicas e o argumento ou,

pelo menos, o fundamento para poder haver esta alocação dos 58% era o da alínea c) do n.º 2 do artigo 3.º do REVITA, que diz, concretamente, «desde que não fossem cobertas por outras medidas de política pública». Ora, sabendo que a operação 6.2.2, sobre a reposição do potencial produtivo, do PDR 2020, que foi adotada imediatamente após o incêndio de junho para fazer face a esta tragédia, era uma medida de política pública, é difícil entender que houvesse esta alteração.

Então, o Conselho de Gestão ativou a alínea c) para atribuir os 3,4 milhões de euros do REVITA a este fim. Não teria feito mais sentido que tivesse sido através do PDR e que isto pudesse ser alocado às segundas habitações?

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Eng.º **João Paulo Catarino**: — Ora bem, então, quero referir duas questões. Primeiro, o REVITA só pagou até 5000 €... aliás, entre 1054 € e 5000 €. E, atenção, o REVITA pagou isto, mas houve um reforço, no REVITA, de 2,5 milhões de euros do Orçamento do Estado. Ou seja, esse dinheiro não foi... Os apoios agrícolas não foram pagos pelos fundos, pelos donativos, pelo menos na sua totalidade. Houve um reforço no Orçamento do Estado. Não posso agora precisar o montante, mas julgo que, na altura, houve um reforço do REVITA com 2,5 milhões do Orçamento do Estado.

Depois, porque é que não foi usada a linha do PDR? Inicialmente foi, sabe? Começámos com a linha do PDR, mas, ao fim de pouco tempo, percebemos que 90% dos proprietários não tinham acesso à linha do PDR.

Por exemplo, uma das questões era que tinham de iniciar a atividade nas Finanças. Ora, isso era logo uma complicação. Muitos deles, para receberem 1000 €, tinham de arranjar um contabilista, de declarar início de

atividade, de fazer parcelário agrícola, de criar uma burocracia de tal ordem que não compensaria e a maior parte das pessoas afastou-se completamente dos apoios. Por isso é que entendemos que só faria sentido irem ao PDR a partir dos 5000 €. Até aos 5000 €, para poder ajudar as pessoas, foi criada esta linha direta, porque, senão, 90% delas não teriam tido acesso e não tinham ido buscar dinheiro ao PDR, porque a burocracia era de tal ordem que não justificava, não é?... Percebeu-se isso logo no início e por isso é que foi criada esta margem dos 1000 € aos 5000 €.

Quanto às segundas habitações, devo dizer-lhe... No início, antes de acontecerem os incêndios de outubro, entre junho e outubro, nas reuniões que houve, até com o Sr. Primeiro-Ministro, houve sempre uma grande vontade e pedidos dos autarcas para que as segundas habitações fossem apoiadas. Obviamente... Qual foi a questão? Aliás, havia segundas habitações que eram claramente primeiras habitações. Dou-lhe o exemplo de várias segundas habitações de pessoas que passavam lá o tempo.

Em dois casos, que falei comigo, só não tinham lá a morada de residência por causa do estacionamento à porta de uma casa na Amadora. Se tivessem mudado a residência para lá, deixavam de poder estacionar o carro à porta, porque a junta de freguesia só lhes dava autorização para estacionar e não pagar o parquímetro se fossem residentes na freguesia. Por isso é que eles nunca lá... Pronto, há casos destes, de segundas habitações, que são incompreensíveis.

Só que, agora, a questão é esta: dentro das segundas habitações, qual é o critério para definir quais é que merecem ser apoiadas e quais é que não merecem apoio concreto? Aqui, entramos na questão da discricionariedade técnica e da capacidade do técnico para analisar e, hoje, com o clima de suspeição que todos temos e que está instaurado em Portugal, não há técnico nenhum que queira validar uma decisão desta natureza. É de segunda habitação, é o critério que foi criado, tudo bem.

Foi por isso que as segundas habitações... Depois, obviamente, quando aconteceram os incêndios de outubro, esta questão passou praticamente para segundo plano, porque a dimensão do apoio necessário era de tal ordem que as segundas habitações... Embora algumas autarquias continuassem a bater-se por isso.

Mas devo dizer-lhe que, no início, houve efetivamente algumas injustiças pelo facto de haver segundas habitações que, manifestamente, mereciam ser apoiadas, porque aquelas pessoas viviam praticamente no território. Só não tinham lá a residência e não foram apoiadas porque o critério foi aquele. Foi um critério legal e que parece justo, do ponto de vista legal, mas, provavelmente, tem esta injustiça pelo facto de, obviamente, hoje ninguém querer atestar a diferença entre uma segunda habitação de quem vai lá no verão ou tem uma casa de verão e uma segunda habitação de alguém que praticamente vive lá, apesar de não ter residência oficial naquele território.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Oliveira, do PSD.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Quero fazer duas notas.

De facto, qualquer um dos casos que estava a referir ficaria provavelmente resolvido se — volto a insistir — a verba não fosse alocada à agricultura, porque havia forma de financiamento sem que isso fosse preciso. Se fosse a dotação toda do REVITA, provavelmente, daria para reabilitar as segundas habitações. Ainda assim, existe um saldo remanescente de 800 000 €, que poderia ter sido direcionado para essas habitações. Não acha que deveria ter sido?!

Deixe que lhe coloque mais uma questão, porque tenho de o confrontar com afirmações que o Sr. Ministro da Agricultura proferiu aqui. Ele falou,

de facto, da questão destes apoios e não é exatamente... Até porque os apoios, os 5000 €, eram financiados a 100% por parte do PDR. Penso que não estou errado quanto a isso.

O Sr. Eng.º **João Paulo Catarino**: — A partir dos 5000 €.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sim, a partir dos 5000 €, os apoios eram financiados a 100% e, por outro lado, os agricultores não tinham de abrir logo a sua atividade, poderiam fazê-lo mais tarde. Portanto, há alguma incongruência relativamente a esta matéria e não queria deixar de dar nota disso, depois da sua intervenção.

Uma outra matéria de que falou há pouco, pelo facto de os autarcas terem... Falou daqueles que têm a coragem — não sei se foi essa a expressão, não quero errar — de assumir o seu papel. Mas há quem não o faça naquele território, neste momento?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Eng.º **João Paulo Catarino**: — Vamos lá ver, eu estava a falar no âmbito deste Programa de Transformação da Paisagem, não estava a dizer... Até agora, mesmo que eles o quisessem fazer... Até junho passado, mesmo que os autarcas quisessem, não tinham forma legal de o fazer.

Hoje, temos um quadro regulamentar que lhes permite criar condições para estas intervenções, mas antes não tinham. Por isso, não se põe a questão de eles o poderem fazer e de não o terem feito, porque, na altura, não havia quadro regulamentar legal que lhes permitisse fazer isso.

Depois, em relação aos 5000 €, é como lhe digo: na altura foi uma luta, porque houve sempre quem achasse que estávamos a abrir um precedente e

que depois, provavelmente, seria difícil que este apoio até 5000 €, quando antes estava definido só até 1000 €... Houve mesmo quem achasse que estávamos a abrir um precedente e que, depois, dificilmente conseguiríamos retroceder, porque podíamos estar a falar de muitos milhões de euros.

Logo a seguir, aconteceram os incêndios de outubro e, pronto, foi efetivamente aí que os montantes... Mas foi precisamente na altura, não tenho dúvidas... Quando começámos com a Direção-Geral de Agricultura — esse foi um processo que acompanhei de perto, com a agricultura — e as pessoas começaram a dirigir-se para fazerem as candidaturas ao PDR, assim que lhes perguntávamos pelo parcelário, pelo início de atividade, por um conjunto de burocracias, as pessoas levantavam-se da cadeira e iam-se embora, como deve imaginar. Não estavam para isso. E faziam-no legitimamente, porque estamos a falar de apoios de 1200 € ou 1300 € e um contabilista, provavelmente...

Um bom exemplo que nos deram na altura foi este: «Mas isso vai levar-me um contabilista para fazer a contabilidade que o senhor me está a pedir. E, então, vai dar-me o dinheiro para quê? Para eu pagar a um contabilista? Não vale a pena».

Foi isto que se passou.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Desculpe a minha insistência. Posso estar errado, mas apenas me baseei naquelas que foram as palavras do Sr. Ministro da Agricultura. Posso estar errado, repito, mas o que ele transmitiu foi que, a partir dos 100 € e até aos 5000 €, era financiado a 100% e, depois, havia uma majoração até aos 800 000 €. Foi por isso que eu o disse.

O Sr. Eng.º **João Paulo Catarino**: — Vamos lá ver...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Secretário de Estado, peço-lhe só um segundo, porque, senão, a resposta não fica gravada.

Sr. Deputado, peço-lhe que termine a pergunta para, depois, o Sr. Secretário de Estado responder.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Já terminei, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Já terminou?

Sr. Secretário de Estado, tem a palavra para responder.

O Sr. Eng.º **João Paulo Catarino**: — O pagamento foi feito na totalidade, até aos 100%. Até aos 5000 €, toda a despesa apresentada pelos agricultores foi paga a 100%, mas o PDR não permitia esse pagamento a 100%. Pelo menos, na minha perceção, o PDR não permitia esse pagamento, mas posso estar errado. Confesso que já foi há dois ou três anos e, na altura...

Agora, o que lhe posso garantir é que, inicialmente, era para ser a partir dos 1000 € pelo PDR, mas constatámos logo, ao fim de pouco tempo, que as pessoas que tinham aqueles 1500 € ou 1200 € de prejuízo não faziam e não queriam fazer candidaturas. Como estava muita gente nessa margem, acabámos por criar esta oportunidade, mas repito que, na altura, o Fundo REVITA foi reforçado através do Orçamento do Estado em 2,5 milhões de euros, precisamente para acautelar que os apoios agrícolas não eram feitos pelos donativos. Portanto, foi o Orçamento do Estado que pagou.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Ainda assim, continuo a insistir que os 58% retiraram a possibilidade de reconstrução das segundas habitações.

Para terminar, queria perguntar-lhe se não considera, com toda a sinceridade, que teria sido um apoio efetivo à revitalização do Pinhal Interior se fosse possível reconstruir as segundas habitações.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Eng.º **João Paulo Catarino**: — Considero.

Efetivamente, considero que, em 50% das segundas habitações, era da mais elementar justiça que fossem reconstruídas. Agora, não encontraria ninguém que fizesse a distinção entre as segundas habitações que era da mais elementar justiça serem recuperadas e aquelas que não fazia sentido serem recuperadas. Não encontro ninguém que o quisesse fazer, está a ver? Porque essa discricionariedade técnica devia ser um técnico a tê-la.

Hoje em dia, em Portugal, uma pessoa tem de pensar seriamente quando o fizer, porque temos de olhar para a letra da lei e cumpri-la escrupulosamente. Isso é um facto e julgo que dificilmente teríamos quem o fizesse, mas se houvesse dinheiro e disponibilidade, estou convencido de que muitas daquelas segundas habitações são de pessoas que, como lhe disse, vivem no território, investem no território e moram lá praticamente todo o ano. Mas, obviamente, o critério foi aquele. Era o critério legal que estava estabelecido e, à luz de tudo o que se passou depois disso, ainda bem que não se entrou por aí, porque, então, imagine o barulho que teria sido e o que é que teria acontecido.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra para terminar.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Então, concluo que concorda comigo quando digo que os 800 000 € remanescentes poderiam ser aplicados nessas segundas habitações.

Queria ainda perguntar-lhe uma coisa, muito rapidamente: a Unidade de Missão da Valorização do Interior, na altura, esteve envolvida ou foi consultada para esta decisão de atribuir parte do Fundo REVITA aos agricultores, em detrimento do resto?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Eng.º **João Paulo Catarino**: — Sim, foi consultada. Isso foi articulado connosco, com o compromisso de, depois, vir o dinheiro do Orçamento do Estado, como veio. Pode não ter sido na totalidade, imagino que não terá sido, mas se a esses 58% de que falou reduzir os 2,5 milhões de euros do Orçamento do Estado que foram para o Fundo REVITA, verá que não serão bem 58%. Será muito menos do que isso.

O Sr. **Presidente**: — Terminada a primeira ronda do PSD, passo a palavra à Sr.ª Deputada Fabíola Cardoso, do Bloco de Esquerda.

Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Fabíola Cardoso** (BE): — Obrigada, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar os presentes, quem nos acompanha, os serviços e agradecer também a presença do Sr. Secretário de Estado, ainda que não seja a nessa qualidade que está hoje connosco.

Esta Comissão de Inquérito não pode, nunca, esquecer a tragédia que aconteceu, nem podemos, por muitas que sejam as reuniões, deixar de prestar a nossa homenagem às vítimas e de lamentar, muito sinceramente, aquilo

que aconteceu e todos os problemas que resultaram desta tragédia, quer em termos de ambiente, quer em termos de pessoas ou de danos materiais. Uma tragédia que, coletivamente, não soubemos evitar e com a qual ainda hoje procuramos, de alguma maneira, aprender.

É nesse sentido que o Bloco de Esquerda entende esta Comissão de Inquérito. Não como um julgamento das pessoas que estão nos seus territórios, mas, essencialmente, como uma possibilidade de refletirmos coletivamente e de tentarmos perceber o que é que falhou neste processo para que, se algum dia uma tragédia desta magnitude voltar a acontecer no nosso País — seria desejável que assim não fosse —, possa haver uma resposta mais adequada, que não traga os problemas que esta situação trouxe. Isto, apesar de entendermos que sem políticas públicas de ordenamento e de gestão da floresta e dos territórios do interior nunca teremos uma perspetiva global deste assunto.

Em declarações a um órgão de comunicação social, em 12 de junho de 2018, o Sr. Secretário de Estado afirmou que, nessa altura, um ano após o incêndio, a Unidade de Missão de Valorização do Interior fazia um balanço extremamente positivo. Referiu, ainda, que a questão do reordenamento florestal e da componente agrícola estavam a ser tratadas e que iriam dar os seus resultados.

Gostava que elaborasse um pouco sobre este isto: quando fez este balanço extremamente positivo, a que é que se referia concretamente? É que, três anos passados sobre o incêndio, temos ouvido aqui balanços muito menos positivos do que aquele que parece aqui anunciar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Secretário de Estado, tem a palavra para responder.

O Sr. Eng.º **João Paulo Catarino**: — Sr.ª Deputada, eu distinguiria aqui a intervenção que foi feita no território. Essas declarações foram feitas um ano após o incêndio. Recordo-me de a delegação do BEI (Banco Europeu de Investimento), que veio visitar o território e as reconstruções, nos ter dito que tinham acompanhado muitas catástrofes pelo mundo e que nos davam os parabéns, porque nunca tinham visto, em tão pouco tempo, uma intervenção tão bem feita. Na altura, tínhamos 60% das casas reconstruídas — repito, 60%, um ano depois! — e estávamos a falar de uma centena de casas, porventura mais do que uma centena, em mais de uma centena de localizações geográficas. Estávamos a falar de casas dispersas e não de 100 habitações num prédio. Estávamos a falar em 100 habitações pulverizadas por aquelas aldeias todas.

Lembro-me de a comissão do BEI que veio visitar o trabalho ao fim de um ano estar visivelmente impressionada com a forma como era possível, em tão pouco tempo, estar tanta coisa feita.

Devo dizer-lhe que houve respostas da parte da administração central que sempre fizeram falta nestas grandes catástrofes e que nunca existiram como ali. Dou-lhe o exemplo do apoio psicológico que foi dado àquelas pessoas. Nos fogos por que, infelizmente, já passei, no meu concelho, sei bem, na componente psicológica, de como as pessoas ficam no dia em que perdem rigorosamente tudo, em que perdem o trabalho de uma vida inteira, e nunca tiveram apoio psicológico... Aquelas pessoas tiveram essa oportunidade, esse apoio psicológico, está a perceber?

Do ponto de vista da Administração Pública, houve coisas que correram de forma exemplar e, por isso, foi com enorme mágoa que vi todas aquelas intervenções. Havia coisas mal, obviamente, que deveriam ser investigadas, mas aquelas pessoas não deveriam ter sido tratadas da forma como foram. Depois de tudo isto, de todo este alarido, vimos que, provavelmente, serão cerca de 5% ou pouco mais do que 5% as casas que

estão em avaliação, a ser investigadas ou cujas obras estão suspensas. Mesmo que sejam 10%, nestes processos é natural que haja sempre casos destes e é preciso que as entidades atuem, e ainda bem que atuaram. Mas, obviamente, para as pessoas que passaram por tudo aquilo, que perderam tudo, rigorosamente, toda a questão mediática...

Lembro-me de ainda lá estarmos lá e de haver idosos que nos iam dizer «vão lá, por favor, parar as obras, porque eu não quero nem mais um tijolo na minha casa». «Mas a sua casa é de primeira habitação», dizíamos, e eles respondiam: «Eu não quero nada disto! Desculpem lá, mas eu não quero nada disto. Vou para debaixo da ponte, mas não quero que me reconstruam nada porque não estou para passar por isto».

Nós passámos por isto e as pessoas que viviam naqueles territórios passaram por isto desnecessariamente.

Em relação à sua questão, quero dizer-lhe que a resposta no pós-incêndio e em emergência foi um exemplo nacional. As direções regionais de agricultura trabalharam noite e dia para fazerem aqueles levantamentos; a saúde esteve permanentemente naquele território, durante vários meses. Houve uma resposta claramente exemplar da parte da Administração Pública, como houve da parte dos portugueses. Claro que, depois, acabámos por manchar tudo isto daquela forma infeliz.

Relativamente à questão florestal — já falei nela, mas posso voltar a falar —, faltavam-nos instrumentos legais, faltava-nos um quadro regulatório e financeiro de apoio, o qual temos hoje criado, felizmente, para atacar aqueles problemas, que são estruturais, como disse e bem. Precisávamos, efetivamente, de tudo isso, mas já o criámos, em menos de um ano.

Quando a Sr.^a Deputada referiu que eu disse que as coisas tinham corrido muito bem, devo dizer-lhe que, efetivamente, correram bem. Do ponto de vista da emergência, houve uma resposta como nunca o País deu

em qualquer outra circunstância. Aliás, há pouco tempo ouvi que ainda há casas na Madeira por recuperar, não sei há quantos anos...

Quanto às casas que estão por recuperar naquele território, ou são os processos que estão suspensos ou são aquelas onde, inicialmente, os proprietários tiveram problemas de legalização, de inventário ou outros casos muito pontuais. Todas aquelas que estavam em condições, as casas pacíficas, ao fim de um ano e pouco estavam recuperadas e as pessoas estavam lá dentro.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Fabíola Cardoso** (BE): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sem querer minimizar, com a minha pergunta, pretendia centrar-me mais especificamente nas questões do reordenamento florestal. Sabendo que já respondeu a algumas questões relativas a isso, acho que há que fazer um certo balanço, porque, apesar de terem sido criados vários instrumentos legais que permitem todo um enquadramento, temos o dever de olhar para trás e de ver se, em termos práticos, a floresta nesta zona está hoje, ou não, mais bem ordenada.

Esse era também um dos objetivos e, de facto, quando falamos em questões de reordenamento florestal temos de as ver no concreto. Do seu ponto de vista, neste momento, a floresta não só está mais bem ordenada como mais bem preparada para que uma situação destas não volte a acontecer?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Eng.º **João Paulo Catarino**: — Em relação à floresta — e compreendendo que esta questão que me colocam seja a mais premente —, não tenho outra forma de responder a não ser dizer o que já disse. Volto a repetir: em termos de território, as alterações são hoje muito poucas, sem dúvida.

Apesar de este Governo ter criado um quadro regulamentar, um quadro legal e um instrumento financeiro como nunca existiram, volto a dizer que isso só acontecerá quando os agentes locais... Não vai ser o ICNF e não vai ser por decreto que vamos mudar aquela paisagem. Não vale a pena termos ilusões sobre isso.

O que é necessário fazer naquele território é transformar a paisagem, alterar aquela ocupação do solo. Com aquela ocupação do solo não vamos a lado nenhum, ou melhor, vamos aos cíclicos incêndios que temos desde 1998 naqueles territórios. A transformação da ocupação do solo faz-se por esta via, por este instrumento legal que nós criámos e com o dinheiro que... Estas Áreas Integradas de Gestão da Paisagem não são mais do que Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), um quadro regulatório que já existe há mais de 15 anos. Provavelmente é de 2006, da altura que passei pelo Ministério da Agricultura, ou de 2005, a primeira lei das Zonas de Intervenção Florestal, só que nunca tiveram associado um pacote financeiro.

Há duas grandes diferenças neste quadro regulatório. A primeira é que as Zonas de Intervenção Florestal nunca tiveram um pacote financeiro associado e permitiram sempre a existência de não-aderentes. Ou seja, havia um conjunto de proprietários que aderiam, voluntariamente, a uma intervenção naquela área, mas havia 20%, 30% ou 40% dos proprietários que diziam «eu não faço nada, não quero fazer» ou que não estavam lá, que não estavam interessados ou que eram emigrantes ou heranças indivisas, como tantas que existem por este País fora. Obviamente, não estando interessados, essa intervenção era feita apenas de forma pulverizada naquela área dos

aderentes, o que não cria uma alteração substancial na ocupação do solo que permita defendê-lo do ponto de vista das alterações climáticas e da ocupação florestal.

Temos hoje concelhos com mais de 90% de ocupação florestal de pinho e de eucalipto, o que quer dizer que não há descontinuidade rigorosamente nenhuma naquele território. Ora, isto não é defensável do ponto de vista da defesa da floresta contra incêndios. Isto é o mesmo que um cobertor de lã começar a arder numa ponta e querer apagá-lo no meio! Todos sabemos onde é que ele vai apagar, não vale a pena termos ilusões. Isto é assim, ciclicamente, desde há 20 ou 30 anos!

Esta alteração da ocupação do solo só se faz com instrumentos regulatórios e legais, de acordo com aquilo que temos agora, mas, para que isto aconteça, é preciso que os agentes locais... Não é o ICNF que vai lá identificar os proprietários, nem é o ICNF que vai conseguir fazer o cadastro simplificado dos 140 000 prédios rústicos que existem, só no concelho de Proença-a-Nova. Isto tem de partir dos agentes locais, criando-lhes os instrumentos legais, criando-lhes os meios financeiros, porque é preciso apoiá-los financeiramente.

As câmaras municipais não têm dinheiro para isso e, por isso é que se abriu o PO (Programa Operacional) Regional com 10 milhões para o Centro e mais 10 milhões para o Norte, para o cadastro simplificado e para as câmaras municipais se poderem candidatar, o que já está a acontecer.

Mas têm de ser os agentes locais a entenderem isto como uma prioridade para o seu território. É claro que isto é uma coisa para três, quatro, cinco anos, não é uma coisa para hoje. É um caminho que está feito, iniciado há meio ano e que, agora, com os 600 milhões do IRR (Instrumento de Resiliência e Recuperação Económica) propostos para as florestas, tem todas as condições para iniciarmos este caminho, precisamente, e para o concretizarmos nos próximos anos. Mas, repito, tem de ser em conjunto com

os agentes locais, com as pessoas do território e com as organizações de produtores florestais, com as autarquias, com as juntas de freguesia, porque se não houver, nessa componente, uma proatividade, dificilmente o vamos conseguir fazer.

Vamos fazê-lo, mas vamos fazê-lo onde forem mais proativos e onde, obviamente, tiverem coragem — disse e repito —, porque é preciso coragem. Estamos a falar de um processo difícil, não é um processo fácil e não vale a pena termos ilusões de que isto acontecerá com muita facilidade. É um processo difícil, mas o mais difícil já conseguimos, que foi termos posto, tanto no Fundo Ambiental, como no PDR e, agora, no IRR uma quantia muito significativa de meios. Mas não é para o País todo, é para aquele País de que todos nós nos lembramos nos verões, mas que, depois, passado o verão, os apoios que há para a floresta vão para o País todo e aquele acaba sempre por ficar sem apoios financeiros para essa intervenção.

Agora, criámos um mapa territorial onde, preferencialmente, vamos investir, mas, obviamente, com estas dificuldades que não vale a pena escamotear.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Fabíola Cardoso, faça favor.

A Sr.^a **Fabíola Cardoso** (BE): — Eu oiço com muita preocupação as suas palavras, não porque não compreenda que sem um enquadramento legal adequado e sem financiamento se possam fazer mudanças, mas porque já houve outros enquadramentos anteriores.

Falou nas ZIF, poderíamos falar em IGF (Instrumentos de Gestão Florestal) e poderíamos ir ainda mais atrás. Já houve outras formas de financiamento, o que nunca houve foi coragem política, nomeadamente da parte do Governo, para enfrentar o modelo de floresta — que não é uma floresta, é uma monocultura, como disse — e para enfrentar os grandes

interesses económicos que estão por detrás desse modelo de produção. Isso seria muito bom e o Bloco de Esquerda gostaria muito que, agora, fosse possível implementar um verdadeiro mosaico agro-silvo-pastoril que defendesse o desenvolvimento local e não os grandes interesses económicos, que têm estado a capturar e a utilizar o território de uma maneira abusiva, seja na região de Pedrógão, seja na região de Proença, seja, de um modo geral, ao longo de todo o interior do País.

Ainda assim, não podemos deixar de lamentar que, três anos passados, a madeira queimada continue no terreno, que as intervenções feitas, em termos de linhas de água também tenham pouco impacto, como assumiu, e que, quanto ao cadastro, a percentagem do que já está efetivamente cadastrado ainda seja muitíssimo insuficiente. Não só consideramos essenciais estes dois aspetos que referiu, de haver dinheiro e de haver um enquadramento legal, mas também o de haver aquilo que o Bloco de Esquerda tem defendido, que é uma capacitação dos agentes locais.

Falou em associações de produtores, falou em autarquias. As condicionantes que existiam em 2017, e anteriormente, mantêm-se: uma população envelhecida, a desertificação, tudo aquilo que conhecemos e que caracteriza o interior do nosso País. Portanto, temos aqui uma «pescadinha de rabo na boca», com um conjunto de burocracias muito difíceis de ultrapassar e uma população extremamente envelhecida.

Estes aspetos também estão a ser considerados para uma verdadeira capacitação, quer das autarquias, quer das associações de produtores? É porque, sem isso, por muito dinheiro que haja, serão os grandes interesses económicos a conseguir utilizar esses fundos e, mais uma vez, a subverter o desenvolvimento local em nome do interesse de alguns.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Eng.º **João Paulo Catarino**: — Sr.ª Deputada, como é que lhe poderei responder?! Acho que foi mais uma reflexão do que propriamente uma pergunta, mas, vamos lá a ver, a questão não é só do Pinhal Interior. Naquele mapa dos territórios que considerámos vulneráveis constam Silves, Monchique, Serra de S. Mamede, aquela região de Gavião, algumas freguesias de Niza e, depois, aquele maciço central que vai até Chaves, Caminha... Vai ao nível da freguesia e não do concelho, pelo que é um mapa muito rigoroso, julgo eu, do ponto de vista daquele País que precisa, efetivamente, de um olhar mais atento e de mais investimento.

Obviamente, os problemas estruturais da nossa floresta e do nosso interior são problemas que temos de atacar. São todos aqueles de que se falou: o envelhecimento, a estrutura da propriedade em minifúndio, a eventual demografia. Estes são três fatores estruturais determinantes, mas vou dar-lhe o exemplo de uma região portuguesa do interior que tem os mesmos problemas estruturais e que não tem o abandono que estas regiões têm. O Douro vinhateiro é uma região com uma orografia muito idêntica, é uma minicultura que tem um minifúndio e um envelhecimento do proprietário associado.

Sabe qual é a diferença entre uma e outra? É que, num lado, há um rendimento económico da propriedade e as pessoas sabem que devem e podem cultivar, porque vão tirar remuneração desse investimento. Independentemente de a propriedade ter 1000 m², no Douro, eles vão à vinha e tratam-na, mas aqui não o fazem. Porquê? Porque têm consciência de que a expectativa de ter alguma remuneração ou retorno económico desse investimento é zero, porque, provavelmente, mais tarde ou mais cedo, vai arder.

Por isso, concordo que temos de atacar estes problemas estruturais, que são reais, mas não são o problema todo. O problema é a rentabilidade

económica do solo privado e tem de se atacar com este pagamento, que estamos a fazer, dos serviços do ecossistema, que seria a manutenção... Não é pagando apenas a plantação da árvore, é pagando a árvore e dando-lhe, durante 20 anos, um apoio para que a pessoa a possa manter. Ao fim de 20 anos, provavelmente, com o valor económico existencial sobre a terra, essa pessoa será a primeira interessada em defendê-la.

Isto para lhe dar um exemplo de que, compreendendo estes problemas estruturais, o maior problema que temos associado a este território é a falta de rendimento com a terra. Só no dia em que o proprietário tiver uma expectativa de retorno económico do investimento que vai fazer é que, obviamente, ele se vai preocupar e acompanhar essa propriedade.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, faça favor.

A Sr.^a **Fabíola Cardoso** (BE): — Eu não queria apenas fazer uma reflexão e concordo com aquilo que disse sobre o retorno económico.

Queria perguntar, muito especificamente, que medidas estão a ser implementadas para permitir e facilitar o acesso das pessoas a esses financiamentos que estão agora a ser criados, porque, ainda que eles existam, se não houver apoios de proximidade que capacitem as pessoas ou que facilitem o seu acesso a estes fundos, eles continuarão a ser completamente canibalizados e vampirizados por grandes interesses económicos, esses, sim, com capacidade técnica, conhecimento e capacidade de contornar ou de corresponder às burocracias.

Se não for feito este trabalho de capacitação, até dos próprios autarcas, todos esses recursos serão, mais uma vez, canalizados para aqueles que têm capacidade para lhes aceder, que não são as pessoas.

O Sr. **Presidente**: — Para se defender, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado, João Paulo Catarino.

O Sr. Eng.º **João Paulo Catarino**: — Vou tentar defender-me, então.

Risos.

Acho que posso descansar a Sr.ª Deputada em relação a isso, porque, primeiro, só vamos apoiar espécies de crescimento lento ou autóctones, nestes processos. Depois, durante dois anos, estamos a pagar a capacitação técnica às autarquias, às organizações de produtores florestais, às entidades que se proponham fazer estas Áreas Integradas de Gestão da Paisagem, ou seja, vão ser capacitadas tecnicamente com o apoio do Fundo Florestal Permanente para, durante dois anos, apresentarem o projeto e fazerem o cadastro simplificado e a identificação dos proprietários. Tudo isto é elegível.

Para além da intervenção — da plantação, digamos assim, do projeto em si —, pagamos esta capacitação técnica, durante dois anos, para que existam técnicos que façam o projeto, que façam a candidatura. Depois, pagamos a intervenção e o apoio durante 20 anos.

Atendendo a que só vamos apoiar... Este Programa de Transformação da Paisagem tem um mapa próprio, só apoia espécies de crescimento lento ou autóctones e tem uma capacitação técnica que é paga à cabeça pelo Fundo Florestal Permanente a quem quiser propor um trabalho desta natureza, isto é, fazer uma Área Integrada de Gestão da Paisagem.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.^a **Fabíola Cardoso** (BE): — Agradeço a resposta e espero, muito sinceramente, que isso seja possível, para que, daqui a alguns anos, possamos ter um mapa não só das intenções, mas das concretizações e da área que já está, efetivamente, integrada nestas Áreas de Gestão da Paisagem, e que isso contribua para um desenvolvimento local baseado nas comunidades.

Continuando, a Unidade de Missão para a Valorização do Interior atuou noutros âmbitos, para além destes que estão relacionados com o ordenamento da floresta e a componente agrícola no Pinhal Interior, ou só teve estes dois âmbitos de atuação específicos?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder.

O Sr. Eng.^o **João Paulo Catarino**: — No âmbito das competências da Unidade de Missão, durante o período em que esta existiu, o responsável pela política florestal era o Ministério da Agricultura, não era a Unidade de Missão. A Unidade de Missão fazia a coordenação entre a tutela e os vários ministérios.

No fundo, qual era a ideia? Ajudámos muito nesta coordenação, quando surgiam problemas no terreno, e vou dar-lhe um exemplo. Quando surgiam problemas na área da agricultura, em condições normais, o técnico que andava no terreno reportava ao chefe de divisão, que, por sua vez, reportava ao diretor de serviços, o qual reportava ao diretor de departamento, este ao diretor-geral e o diretor-geral reportava à tutela. Foi para aliviar tudo isto! Quer dizer, como tínhamos técnicos que acompanhavam todos esses processos, quando havia algum problema e quando precisavam de uma decisão política ela era tomada imediatamente, porque a Unidade de Missão era equiparada a subsecretaria de Estado, falava diretamente com a tutela. Resolvemos inúmeros problemas de forma muito mais ágil, nos vários

ministérios, nas várias tutelas. Este foi, essencialmente, o grande papel no âmbito da implementação das respostas de emergência.

Para além disso, teve como principal papel a construção do Programa de Revitalização do Pinhal Interior, o qual considero — obviamente, sou parte interessada, porque me empenhei profundamente na sua elaboração — que respondia claramente às necessidades do território, nas suas diversas dimensões. Foi construído por proposta das autarquias e dos seus presidentes de câmara, que tiveram um papel importantíssimo.

A primeira proposta entregue à Unidade de Missão, em que depois pegámos, foi já muito consistente. A Unidade de Missão trabalhou, com todas as áreas setoriais e com todos os ministérios, todas as propostas que faziam parte do Programa de Revitalização do Pinhal Interior, que depois foi aprovado em resolução de Conselho de Ministros e passou a ser implementadas. Entretanto, acabei por sair, para vir para esta pasta, e não tenho acompanhado o que está a decorrer, digamos assim, no âmbito do Programa da Revitalização do Pinhal Interior, a não ser nas medidas florestais de que já vos falei. Agora, sim, sou responsável por elas, neste Governo e é nessas que... Mas, enquanto Unidade de Missão, no fundo, o que esta fez foi coordenar a intervenção do Governo no território e fazer a ligação entre os agentes locais, os agentes regionais e a administração central.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem a palavra para um último esclarecimento.

A Sr.^a **Fabíola Cardoso** (BE): — Relativamente a estas medidas, que, como disse, já não estão diretamente sob a sua tutela, considera que está a ser positiva a aplicação deste programa, relativamente aos objetivos iniciais que estavam delineados?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Eng.º **João Paulo Catarino**: — Julgo que sim. Aliás, há uma área que gostava de realçar, porque creio que as coisas até correram bastante melhor do que eu próprio estaria à espera, e que tem que ver com o restabelecimento do tecido empresarial, onde julgo que houve um apoio significativo.

Na altura, a seguir aos incêndios, entendemos que muitas daquelas empresas não voltariam a abrir, mas o que é certo é que elas acabaram por abrir. Abriram modernizadas, praticamente todas elas, melhor do que estavam antes, e acho que, no âmbito do restabelecimento do potencial produtivo... Outra coisa que correu muito bem foi a recuperação de tudo o que era público, tanto das autarquias quanto da administração central. A recuperação foi, obviamente, pelo Fundo de Emergência Municipal, pago a 100%, mas houve, realmente, um apoio significativo. A questão do apoio no âmbito da saúde, aquilo que já...

Não há nenhuma dúvida de que o que é mais exigente e onde todos nós temos de trabalhar, e onde estamos a trabalhar afincadamente, porque também é o mais difícil, é, claramente, a questão do ordenamento do território, a intervenção naquela dimensão florestal, digamos assim, pelas razões que já invoquei. Não vale a pena fugirmos, pois essa é a dificuldade do território.

Na questão do restabelecimento das empresas, nas suas diversas dimensões, julgo que as coisas correram muito bem. Houve até, aliás, à volta de 500 milhões de euros de investimento. Lembro que, na altura, no primeiro aviso, eram para ser cerca de 200 milhões de euros e toda a gente achava que iria ser suficiente, que não haveria candidaturas suficientes para esse

investimento, mas o que é certo é que foram aparecendo, sucessivamente. Julgo que totalizarão à volta de 500 milhões e isso é sinal... Os avisos foram reforçados sistematicamente, porque, da parte da Administração e do Governo, houve sempre a ideia de que não seria por falta de dinheiro que aquele território não seria revitalizado.

Com a conjugação do Orçamento do Estado, dos PO (programas operacionais) regionais, do Fundo Ambiental e de todos os outros componentes orçamentais que tínhamos — e cumpre-me também realçar aqui este facto, enquanto Coordenador da Unidade de Missão —, não tenho dúvidas de que, se antes dos incêndios de junho e outubro, quando se falava em valorização do interior, havia alguns membros do Governo que achavam que era necessária, mas que era mais uma imposição do Primeiro-Ministro, que entendia aquilo como uma necessidade, a partir dos incêndios, todos perceberam que havia um País que precisava de um olhar diferente.

Não há dúvida nenhuma de que, a partir daí, todos os membros do Governo, independentemente das áreas, se empenharam profundamente para que nada faltasse naquele território. Acho que, de uma forma geral, as coisas correram particularmente bem, com esta dimensão do ordenamento do território, que é, obviamente, uma questão que nos acompanha há várias décadas, como sabemos. Espero agora contribuir, modestamente, com esta pasta... Não a vamos resolver — de todo! —, mas vamos iniciar...

A preocupação é provar que este Programa de Transformação da Paisagem funciona. Temos agora uma oportunidade — obviamente, tendo dinheiro do PRR e sendo este, à partida, como esperamos todos nós, mais desburocratizado — de conseguir implementar estas Áreas Integradas de Gestão da Paisagem, de provar que o modelo é este e que o caminho é este, para que depois possamos desenhar os novos PO, nos fundos comunitários, em função destas medidas que estamos agora a testar e a implementar.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Secretário de Estado João Paulo Catarino.

Antes de dar a palavra ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista e ao Sr. Deputado Raul Castro, queria informar as Sr.^{as} Deputadas e os Srs. Deputados de que o Grupo Parlamentar do PSD fez chegar à Mesa um documento — um despacho do Sr. Ministro, de 2017 — que, obviamente, integrará o acervo da Comissão. Mas, dado que esse documento entrou agora, pedia ao Sr. Deputado Hugo Patrício Oliveira que apresentasse, dizendo os fins a que se destina, sem prejuízo de o distribuir desde já.

Sr. Deputado, perguntava-lhe ainda se este documento também se destina a ser entregue ao, aqui depoente, Sr. Secretário de Estado, para a audição de hoje mesmo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Oliveira.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, naturalmente, no âmbito do direito de contradição, queria pedir para distribuir o Despacho n.º 6420-A/2017, porque é importante e fico com dúvidas sobre se a Unidade de Missão, que tinha o dever de fazer a coordenação interministerial, conhecia bem as medidas que estavam no terreno.

Sr. Presidente, pedia também que pudesse ser distribuída a audição, realizada em 16 de dezembro de 2020, do Sr. Ministro Capoulas Santos, onde ele não concorda com estes apoios simplificados. aliás, até considerou uma má gestão do dinheiro público.

O Sr. **Presidente**: — Feito o esclarecimento quanto ao teor e ao destino do documento e feita a distribuição do mesmo a todas as Sr.^{as} Deputadas e a todos os Srs. Deputados, tem a palavra o Sr. Deputado Raul Castro, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **Raul Miguel Castro** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Eng.º João Paulo Catarino, agradeço por estar presente nesta audição, incluída no âmbito da Comissão de Inquérito aos apoios do Estado pelos incêndios de junho de 2017.

Sabemos que, na altura, era o Coordenador da Unidade de Missão para a Valorização do Interior, pelo que esta minha primeira pergunta tem que ver, precisamente, com essa sua função: qual era o papel da Unidade de Missão ao integrar a referida Comissão Técnica? Seria somente, enfim, para atrair os investimentos e apoios necessários dos diversos ministérios ou a Unidade de Missão tinha alguma outra função, para além dessa, em relação àquele território?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Eng.º **João Paulo Catarino**: — Aquando da decisão do Sr. Primeiro-Ministro de levar a Unidade de Missão para o território, houve uma alteração à composição da Comissão Técnica e, na altura, foram incluídos técnicos da Unidade de Missão e da Cruz Vermelha Portuguesa para a questão dos apetrechamentos. Ou seja, a Comissão Técnica ficou reforçada, para além dos técnicos da CCDR e das câmaras municipais, com o técnico da Cruz Vermelha e o da Unidade de Missão, o qual, no fundo, acompanhava os trabalhos da Comissão Técnica e nos ia fazendo o reporte para, depois, fazermos o reporte às tutelas de acordo com o que passava pela Comissão Técnica. No fundo, as competências eram setoriais, cada ministério tinha as suas, e a Unidade de Missão fazia a coordenação e o reporte à tutela daquilo que se passava.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Raul Castro.

O Sr. **Raul Miguel Castro** (PS): — Portanto, em relação a essa função, podemos concluir que, não tendo a Unidade de Missão dotação própria, não foi portadora de qualquer subsídio direto dessa entidade,...

O Sr. Eng.º **João Paulo Catarino**: — Não.

O Sr. **Raul Miguel Castro** (PS): — ... mas, sim, para atrair os investimentos e os apoios dos diferentes ministérios.

O Sr. Eng.º **João Paulo Catarino**: — Sim.

O Sr. **Raul Miguel Castro** (PS): — Há pouco, referiu uma questão que tem sido muito debatida nesta Comissão, no conjunto das audições, que é a da célebre história dos apoios superiores a 5000 €. Houve quem dissesse que, efetivamente, havia esse problema, esse «papão» da necessidade de regularização desses apoios perante a Autoridade Tributária. Houve também quem já dissesse que as pessoas é que não quiseram tomar a iniciativa de apresentar candidaturas, havendo, como há pouco referiu, o dinheiro necessário para apoiar muitos daqueles territórios.

Portanto, em função da informação que nos trouxe hoje, de que, efetivamente, as pessoas é que tomaram a iniciativa de decidir dessas candidaturas que excedessem os 5000 €, pergunto se não terá havido também falta de esclarecimento sobre o que elas deveriam ter feito para se poderem candidatar e, dessa forma, tentarem mitigar um pouco todos os prejuízos que tiveram para além dos 5000 €. Gostaria de saber a sua opinião sobre esta questão.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Eng.º **João Paulo Catarino**: — Primeiro, queria dizer que nós não atribuímos qualquer financiamento... Não tínhamos quaisquer subsídios. A única coisa que fazíamos era a articulação entre as entidades e a coordenação, mas não atribuímos qualquer subsídio. Não tivemos qualquer responsabilidade dessa natureza.

Em relação à questão dos 5000 €... Não sei o que está neste despacho, o que sei é que acompanhei, no início, toda... A questão é que, obviamente, a primeira reação foi a de que todas as candidaturas fossem pelo PDR, até para protegermos, digamos assim, o Orçamento do Estado. Se fossem pelo PDR, era muito menos do Orçamento do Estado. Isso, foi a primeira reação, mas, depois, quando começámos a avaliar, com a Direção Regional de Agricultura, a falar com as pessoas e a ver a burocracia que estava associada... Um dos problemas do PDR é, efetivamente, esse: a burocracia para uma candidatura de 5000 € é a mesma que para uma candidatura de 5 milhões, o que é uma coisa absurda. Na prática, é precisamente a mesma coisa. Ora, se nós podíamos dar 5200 € ou 5100 € a uma pessoa e íamos obrigá-la — bastava só isto! — a fazer o parcelário agrícola, que era obrigatório... Arderam-lhe, provavelmente, 100 oliveiras, em 20 parcelas dispersas, pelo que tinha de fazer parcelário agrícola de 20 parcelas dispersas, ou seja, tinha de fazer parcelário de 20 propriedades, algumas das quais, coitados, eles nem sabiam...

O parcelário agrícola é feito, obviamente, num monitor, onde as pessoas vão, com as dificuldades todas, identificar a sua propriedade e o sítio onde arderam as oliveiras. Tudo isto, para além de terem de dar início de atividade, porque, obviamente, tinham de estar inscritas nas finanças. Lembro-me de que, na altura, foi uma das principais dificuldades. Por acaso,

até me lembro de ter feito o elenco de tudo aquilo que era preciso e que se pedia a um proprietário para que, eventualmente, ele pudesse vir a receber 5100 € ou 5200 €, quanto é que aquilo custaria e com quanto é que ele ficaria. Se bem me lembro, fui eu próprio que fiz esse exercício e, por isso, é uma questão que recordo.

Obviamente, a limitação de continuar abaixo dos 5000 €, pelo PDR, foi precisamente porque não se justificava para a maior parte das pessoas. Abaixo dos 5000 €, não é?! Podemos falar, então, de 502 € ou 503 €... Foi de 1000 € a 5000 €, não é?! Ou seja, se as candidaturas passassem a ser pelo PDR a partir dos 1000 € e se a pessoa tivesse de ter contabilidade organizada, isso implicaria logo, à partida, ter um contabilista... Não era ter contabilidade organizada, era só estar inscrita. Tenho de ser rigoroso, porque não era contabilidade organizada, tinha era de estar inscrito nas Finanças. Mas, obviamente, o contabilista ia, com certeza, levar...

Depois, havia a questão do parcelário, porque, como todos sabemos, muitos daqueles proprietários tinham dezenas de propriedades onde arderam dezenas ou centenas de árvores — isto é um exemplo — e a partir de 500 € isto não era comportável, e as pessoas começaram logo a dizer que não iam candidatar-se. Aliás, devo dizer que houve um conjunto de candidaturas, a partir de 5000 €, em que, depois de fazerem as contas, as pessoas até desistiram. Mesmo acima de 5000 €! Por isso...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Raul Castro, faça favor.

O Sr. **Raul Miguel Castro** (PS): — Havendo verbas disponíveis, até de apoio comunitário, fica a dúvida de porque é que não houve, eventualmente, outras sensibilizações, mas é fácil falar agora, perante tudo aquilo que aconteceu.

Tive oportunidade, por inerência de funções, de ter estado presente no primeiro dia em que aquilo começou e, realmente, só quem lá passou é que viu que aquilo era uma catástrofe e que, às vezes, ali, era difícil tomar decisões.

Portanto, era fácil dizer, se fosse hoje, que para aproveitar esses fundos ali houvesse, eventualmente, uma associação de proprietários que permitisse avançar, assim que fosse possível, com a reflorestação de toda aquela área. Realmente, sabemos que há madeira que ficou abandonada — já objeto de negociação, mas, mesmo assim, ficou lá abandonada — e a imagem continua a não ser aquela que todos gostaríamos de ver, apesar de, curiosamente, passados três meses, eu ter passado em Pedrógão e de ver tudo verde, que era já o rebentamento das sementes, por ali, de uma forma anárquica.

Neste contexto, ao tomar conhecimento, de viva voz, pelo responsável pelas florestas, da publicação do mapa florestal do País, definindo as áreas de intervenção, quero desde já dizer que esta pode ser uma boa medida, se efetivamente for concretizada em associação com os próprios proprietários, porque, se não houver vontade da parte deles, não vale de nada termos o mapa florestal e ficamos sujeitos a este tipo de situações.

Por outro lado, embora tenhamos a sensação de que possa haver alguma lentidão, e percebo que tenha de ser assim, a concretização do cadastro da propriedade rústica — que já deveria existir há muitos anos, mas todos sabemos das razões para isso não ter acontecido — estar agora a ser feita nos moldes definidos também poderá ser um bom instrumento, até para evitar determinadas situações que são atuais, quando se imputa às autarquias a falta de limpeza de faixas de gestão de combustível, porque não se identificou o proprietário.

Portanto, também ajudaria a evitar esse tipo de situações, com o sentido de responsabilidade que lhes querem atribuir, quando, na verdade, não têm essa responsabilidade, porque também sabemos que aquelas

autarquias, especialmente as que foram objeto dos incêndios de 2017, têm fracos recursos — são conhecidos! —, não dispondo das condições essenciais e de disponibilidade financeira para poder fazer um trabalho de gestão de faixas. Por vezes, estamos sujeitos a este tipo de situações, que deveríamos evitar.

Quanto ao contributo que também já foi dado para a vigilância, através de câmaras instaladas no território daquela mancha florestal, as quais permitirão detetar possíveis focos de incêndio, penso que esta também foi uma boa achega, objeto de financiamento comunitário, que a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria promoveu, concretizando esse desígnio de termos todo o território objeto de videovigilância por parte das autoridades e da Proteção Civil.

Deixava, agora, esta questão: passados estes anos e depois de tudo o que aconteceu, face às circunstâncias daquela catástrofe, considera que o apoio concedido pelas diversas áreas governamentais e até o apoio dos portugueses, não só os de cá, mas também os nossos emigrantes, foi o apoio possível para responder a todos os danos e prejuízos?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Eng.º **João Paulo Catarino**: — Em relação ao apoio, devo dizer-lhe que acho que, felizmente, aconteceu uma coisa que nunca tinha acontecido. Nunca, em circunstância alguma, uma região foi tão apoiada como aquela região foi — e bem! —, porque também nunca tínhamos tido uma catástrofe daquela natureza.

Como disse, há pouco, acho que o Governo respondeu rigorosamente da mesma forma que responderam os portugueses. Os portugueses, com donativos, deram um apoio extraordinário, como todos sabemos, e o

Governo empenhou-se profundamente para também estar à altura dos portugueses.

Não tenho dúvidas de que foi assim e já dei dois ou três exemplos dos apoios que existiram, que nunca tinham existido noutras catástrofes naturais, nem em incêndios da mesma dimensão, mas que existiram naquele caso concreto.

Aquela região tinha já um problema estrutural sério, antes. Por exemplo, em relação às autarquias, eu não conhecia a realidade daquelas autarquias. Fui autarca ali bem perto e não tinha conhecimento da fragilidade, por exemplo, do corpo técnico daquelas autarquias. Fiquei impressionado quando vi que aquelas autarquias tinham muito poucos técnicos. Quando foi preciso ir para o campo e levar a capacidade técnica, elas não a tinham. Efetivamente, a maior parte delas tinha muito poucos técnicos superiores. Pela dimensão, eventualmente, porque serão câmaras e municípios com áreas geográficas reduzidas, pequenas. Quer dizer, alguns! Por exemplo, Pampilhosa, não. Pampilhosa é um concelho grande, mas alguns deles têm uma área geográfica relativamente pequena.

O que é certo é que tinham, e têm, efetivamente, pouca capacidade técnica. Depois, percebi porquê. É porque, normalmente, eles ganhavam vínculo ali e, depois, ou iam para Coimbra ou para Castelo Branco. Ao fim de pouco tempo, os técnicos procuravam outras realidades e outros locais. Iam passando por ali, mas não se iam estabelecendo ali. Isso passa-se, eventualmente, na Pampilhosa. Passa-se o mesmo em Pedrógão e em Castanheira. Figueiró tinha já uma capacidade técnica um bocadinho melhor, na altura, mas estes são exemplos.

Obviamente, havia ali uma fragilidade da parte das autarquias que acabou por ser muito minimizada, nomeadamente pelo apoio que a administração central deu e que os vários ministérios deram. É uma realidade. Acho que respondeu a administração central, não diria tanto o

Governo. O Governo respondeu com a disponibilidade financeira, sem dúvida, mas a administração central e os colaboradores dos vários ministérios, os funcionários públicos, estiveram naquele território rigorosamente à altura dos portugueses.

Foi até comovente ver, muitas vezes, como passavam pela Secretaria de Estado, à 1, 2 ou 3 horas da manhã, funcionários do Ministério da Agricultura que vinham de fazer os levantamentos. Foram milhares e milhares de levantamentos feitos a proprietários, durante o dia e durante a noite, pela exigência que todos colocávamos na resposta imediata, porque todos queriam as casas para ontem ou para amanhã. Obviamente, quando assim é nem tudo corre bem, mas acho que, no cômputo geral e da forma como aquele trabalho foi feito, os portugueses devem estar muito orgulhosos daquilo que lá foi feito.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Raul Miguel Castro** (PS): — Sr. Eng.º João Paulo Catarino, há pouco também falou das casas consideradas de segunda habitação. Já foi dito pelo meu colega que há, ainda, um saldo do Fundo REVITA, embora o saldo existente não esteja disponível na sua totalidade, uma vez que uma parte está condicionada pela decisão judicial de alguns processos.

Foi já aflorado, no âmbito de algumas audições, que a existência de segundas habitações não pode ser vista como a imagem de alguém que tem poder económico para ter uma segunda habitação, mas, sim, como elo de ligação daqueles que, um dia, tiveram de abandonar a terra para ir trabalhar para outros lados. O elo de ligação que têm à própria terra é a existência de uma segunda habitação.

Quando foi feito o Fundo REVITA, este previa todas as habitações. Depois, levantaram-se aqueles problemas todos, aqui postos em causa, e

aguarda-se que a justiça diga algo «de sua justiça», para, eventualmente, o Governo poder tomar alguma decisão sobre isso.

Já agora, para terminar, queria saber a sua opinião, em concreto, sobre a existência de segundas habitações, justificando o respetivo apoio.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra.

O Sr. Eng.º João Paulo Catarino: — Sim, julgo que já dei a minha opinião sobre isso. Claro que há ali muitas segundas habitações que são, manifestamente, primeiras habitações. São pessoas que vivem... Conheci vários casos, que os presidentes de Câmara me foram mostrar, nomeadamente na Pampilhosa da Serra e em Figueiró dos Vinhos, e visitei várias pessoas que choravam porque lhes tinham ardido as casas.

Algumas pessoas até tinham reconstruído as casas há poucos meses, investindo todas as economias que tinham numa casa para reabilitar. Eram pessoas que estavam à beira da reforma, que queriam voltar para lá, mas que ainda tinham a residência na Amadora, por causa do parquímetro. Ficaram sem a casa reconstruída porque precisavam de ter a morada na Amadora, senão não tinham lugar de estacionamento à porta de casa. E eram pessoas que, ainda há pouco tempo, tinham investido 70 000 € ou 80 000 € na reconstrução de uma casa!

É claro que é uma injustiça grande, mas é cumprir a lei de uma forma rigorosa, como devemos fazer... Ou não! Acho que a lei tem que ser, obviamente, cumprida de forma rigorosa, mas há casos destes, que são manifestas injustiças. Dizer como é que se ultrapassam, não me compete a mim, agora, nesta fase e nestas funções.

O Sr. Presidente: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos passar à segunda ronda, não sem antes colocar à vossa apreciação o seguinte: o PSD pediu a

junção, durante os trabalhos da Comissão, deste despacho do Sr. Ministro, bem como a junção da transcrição da audição feita ao Sr. Deputado Luís Capoulas Santos, à data, Ministro da Agricultura. Esta transcrição tem cerca de 80 páginas e presumo que, ao pedir agora a sua junção, o PSD pretenda inquirir o depoente sobre algo que nela está contido.

Este documento de transcrição foi enviado para todos os grupos parlamentares e, portanto, todos têm acesso a ele. Quem não tem acesso a ele, ou não teve até hoje, foi o Sr. Secretário de Estado. Portanto, das duas, uma: ou interrompemos os trabalhos pelo tempo necessário para que o nosso depoente possa olhar para o documento com o qual vai ser confrontado ou, podendo o Sr. Deputado ajudar-nos, dizendo, por exemplo, que é em relação à questão colocada nas páginas 23, 59 e 52, uma pausa de 5 minutos permitiria ao Sr. Secretário de Estado ser confrontado com um documento sobre o qual terá de se pronunciar.

A questão é esta: se queremos obter o máximo de informação possível, vamos também facilitar o trabalho de quem está a depor.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Oliveira, para nos esclarecer.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, sei que falei até na gravação do Canal Parlamento, para que se pudesse fornecer essa audição ao Sr. Secretário de Estado — volto a dizer que não está aqui nessa qualidade, mas permita-me que possa tratá-lo assim —, para que possa ver a contradição que há pouco expus.

Não pretendo inquirir o Sr. Engenheiro novamente sobre essa matéria, mas gostava que isso lhe fosse fornecido.

O Sr. **Presidente**: — É um presente do Dia de Reis que o PSD deixa ao Sr. Secretário de Estado: as declarações do Ministro da Agricultura, à

data, que, nas palavras do Sr. Deputado, contradizem algo que disse. Ser-lhe-á entregue no final.

Assim sendo, vamos entrar na segunda ronda.

Pelo Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra a Sr.^a Deputada Olga Silvestre.

Recordo a todos, particularmente ao Sr. Secretário de Estado, que as próximas intervenções dos Srs. Deputados serão seguidas e que a resposta será dada em conjunto, no final, em igual tempo.

Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado, na sua nota introdutória, elencou uma série de medidas e de intenções do Governo, designadamente na área da floresta e da reflorestação. Se bem que o PSD desconfie das boas intenções do Governo, não é essa a nossa intenção, pois o que pretendemos saber concretamente é se, neste momento — passados três anos e meio de terem ocorrido os incêndios que afetaram a zona do Pinhal Interior, em particular Pedrógão e os concelhos limítrofes —, aquela região está mais bem preparada para a eventualidade, que desejamos que não aconteça, de uma situação como a que ocorreu em 2017.

Quero também dizer o seguinte: a realidade naquela zona, para quem a conhece — e presumo que o Sr. Secretário de Estado conheça bem aquela realidade, já que é de uma zona circunvizinha —, é bem diferente daquilo que referiu. Para ver isso, basta ir ao local fazer uma visita, como até foi referido pelo Bloco de Esquerda. No local, está tudo por fazer, no âmbito da reflorestação.

Quanto ao cadastro, que também é uma medida anunciada há vários anos, e é urgente, também ainda está por fazer em muitos dos concelhos do nosso País.

Voltando à questão das segundas habitações, pergunto-lhe se não poderiam os agricultores ter sido apoiados por outros meios, que não através do Fundo REVITA, sendo esse valor canalizado para a recuperação das segundas habitações, já que é entendimento do PSD e de praticamente todos os depoentes nesta Comissão de Inquérito que as segundas habitações assumem particular importância para a vitalidade da zona do Interior.

O Sr. Secretário de Estado também falou no Programa de Revitalização do Pinhal Interior. Pergunto-lhe se não considera que faz sentido este programa incluir medidas de apoio à reconstrução de segundas habitações, as quais são estratégicas para a missão que o programa pretende desempenhar.

A segunda nota informativa do Observatório Técnico Independente, de 2020, dá conta da redução do DECIR (Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais) 2020. O que acha que está na origem desta redução? Houve reforço de investimento por parte do Estado?

Dos 50 milhões de euros do Fundo de Solidariedade da União Europeia, 26 milhões de euros terão ficado para instituições do Estado, como a GNR (Guarda Nacional Republicana), a proteção civil, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e o Fundo Florestal Permanente. O objetivo anunciado em 2018 foi o da reposição de veículos e do reforço do material de combate a incêndios. Esse reforço existiu efetivamente? Algum deste valor foi canalizado para medidas de reflorestação?

É visível no terreno — quando falo em «terreno», limito-me à circunscrição do território do Pinhal Interior — a aplicação de mais de 25 milhões de euros de fundos comunitários? Como justifica a redução do dispositivo de combate?

Sobre as medidas para a estabilização da floresta após os incêndios, no âmbito da operação do PDR 2020 — Restabelecimento da Floresta Afetada por Agentes Bióticos e Abióticos ou por Acontecimentos

Catastróficos —, que o Sr. Secretário de Estado já mencionou, como avalia o esforço do Estado para a reflorestação das áreas ardidadas em 2017, concretamente nestes concelhos que já referi?

Segundo o relatório do OTI, *Parecer sobre a Estratégia 2030 do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais*, deveria ser considerada a revisão dos PDM (Planos Diretores Municipais) e dos Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios, para melhor definirem as zonas de proteção/proibição em áreas de elevado risco de incêndio.

Pedrógão Grande, à data dos incêndios, não tinha um Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios. Hoje, também ainda não o terá.

Qual o seu comentário sobre o facto de não existir este Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios?

Acha possível que estas zonas estejam preparadas para reagir com eficácia ou tem conhecimento sobre se implementaram medidas de prevenção ao abrigo de um programa diferente deste?

Este desrespeito pela lei, dado que o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios é obrigatório, não deveria ter consequências? Não deveria o Executivo central, neste caso, o Governo, garantir o cumprimento da lei nesse âmbito?

Finalmente, considera que todos os prejudicados foram, suficiente e justamente, indemnizados? E considera que o Estado fez o suficiente para reparar todos os danos daquela gente?

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Fabíola Cardoso, do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Fabíola Cardoso** (BE): — Sr. Presidente, não é que não houvesse muito mais a refletir sobre estes interessantes temas, nomeadamente sobre a centralidade e as dificuldades de fazer o cadastro

nestas zonas e a necessidade de novas abordagens, que passam, inevitavelmente, por recursos humanos que cheguem às pessoas e que permitam fazer aquilo que as pessoas já não conseguem ou, noutros casos, não querem fazer. Mas, evitando essa abordagem mais filosófica, deixo três perguntas muito simples, que, ainda que já tenham sido abordadas, penso que poderão permitir fazer alguma síntese do que foi dito.

Primeiro, considera o Sr. Secretário de Estado que houve uma aplicação indevida de apoios públicos no setor agroflorestal, relativamente a esta situação que estamos a referir?

Em segundo lugar, considera que houve uma aplicação indevida de apoios públicos noutros âmbitos? Foi aqui referida, nomeadamente, a questão das segundas habitações. Portanto, de uma maneira muito concreta, e falando em termos de ilegalidade ou de justiça, considera que houve, ou não, uma aplicação indevida?

Para terminar, considerando que estamos na Assembleia da República e que temos também a capacidade de fazer alterações a nível do enquadramento legal, do seu ponto de vista, quais seriam as melhorias a realizar ao atual enquadramento legislativo da atribuição de apoios, que permitiriam melhorá-lo e fazer com que, no caso de vir a ser necessária a atribuição de apoios para uma situação semelhante a esta, o processo se tornasse mais eficaz, mais transparente e menos burocrático, como penso ser o objetivo de todos que aqui estamos a discutir e a analisar esta situação?

O Sr. **Presidente**: — Pergunto se o Grupo Parlamentar do Partido Socialista pretende usar da palavra.

O Sr. **Raul Miguel Castro** (PS): — Não, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Assim sendo, Sr. Secretário de Estado, para responder a este conjunto alargado de questões, dispõe V. Ex.^a de igual tempo, ou seja, de 10 minutos, arredondados obviamente, porque a verdade interessa-nos mais do que o tempo.

Tem a palavra.

O Sr. Eng.º **João Paulo Catarino**: — Sr. Presidente, vou tentar responder a todas as questões.

Pergunta a Sr.^a Deputada do PSD se acho que a região está, hoje, mais bem preparada para a defesa da floresta, em termos de incêndios. Está, efetivamente, mais bem preparada e vou dizer-lhe porquê. Porque houve um conjunto significativo de investimentos, nomeadamente no âmbito das faixas de gestão de combustível, tanto da rede primária, como da rede secundária. Estamos a falar de vários milhões de euros que foram investidos pelas autarquias, pela administração central, pelas concessionárias de serviço público, nomeadamente pela Infraestruturas de Portugal, pela EDP e pela REN.

Hoje, há um conjunto de faixas de gestão de combustível, tanto da rede primária, como da rede secundária e as limpezas à volta dos aglomerados populacionais estão feitas. Eu diria que há hoje, naquele território e um pouco nos territórios de floresta, um investimento significativo na implementação destas faixas de gestão de combustível, as quais ajudam substancialmente na defesa do edificado. Julgo que estamos muito mais bem preparados do que estávamos em outubro de 2017.

Aliás, neste Programa de Transformação da Paisagem, uma das medidas programáticas que o Governo lançou foi a dos condomínios da aldeia, precisamente para ajudar as autarquias locais a fazerem esta limpeza à volta do edificado. Ou seja, lançámos um aviso de mais de meio milhão de euros, só para o Pinhal Interior e para Silves e Monchique, e as câmaras

municipais puderam apresentar candidaturas, que foram todas elas aprovadas. O Estado paga a transformação da ocupação do solo à volta do edificado e da aldeia para uma ocupação do solo que seja compatível com a defesa do edificado, ou seja, para que os proprietários não tenham de limpar, sistematicamente, todos os anos, o mato à volta das aldeias.

O Estado está atualmente a pagar, através do Fundo Ambiental, para mudar essa ocupação do solo de floresta para uma ocupação do solo que seja compatível com a defesa do edificado e proteja a aldeia, também na questão da defesa da floresta contra incêndios.

Julgo que foram aprovadas 11 candidaturas, no valor de meio milhão de euros, todas elas no Pinhal Interior, Silves e Monchique, que foram as regiões para as quais abrimos candidaturas.

Temos no IRR, no Programa de Recuperação e Resiliência, se vier a ser aprovado nos moldes em que está proposto, vários milhões de euros para esta medida em concreto, para alargá-la a todos os territórios vulneráveis que constam daquela portaria e para possibilitarmos esta alteração da ocupação do solo, em vez de criarmos o ónus sobre os proprietários de limparem todos os anos o mato à volta desse edificado.

Quanto ao cadastro simplificado, trata-se de um projeto que começou com um projeto-piloto naqueles municípios. E ainda bem que começou com um projeto-piloto, porque é muito ambicioso e isso deu-nos a oportunidade de corrigir algumas das matérias e de o aperfeiçoarmos significativamente. Por isso, já foi criada uma estrutura de missão para o efeito e já está alargado a todos os municípios do País que não têm cadastro geométrico, o que se passa, essencialmente, a norte do Tejo.

Foi aberto um aviso do PO Regional do Norte e outro aviso do PO Regional do Centro, cada um deles com 10 milhões de euros, e já houve as candidaturas por parte das câmaras municipais.

No âmbito do PRR, do Fundo Ambiental e do Fundo Florestal Permanente, há também a possibilidade de as câmaras se poderem candidatar às Áreas Integradas da Gestão da Paisagem e de ser apoiada a elaboração do cadastro simplificado. Em alguns casos, estamos já a trabalhar com a Direção-Geral do Território para que, onde o cadastro simplificado for feito, com a concordância de todos os proprietários, o podermos fazer evoluir para cadastro geométrico. Ou seja, iniciámos o processo de, progressivamente, transformarmos este cadastro simplificado em cadastro geométrico.

Relativamente aos apoios agrícolas do Fundo REVITA, recordo, mais uma vez, que, na altura, foram alocados 2,5 milhões de euros, julgo, do Orçamento do Estado ao Fundo REVITA, precisamente para compensar o dinheiro que tinha sido... Fizemo-lo para o fazer chegar de uma forma mais expedita aos proprietários, precisamente para compensar. Por isso, a totalidade do dinheiro que saiu do Fundo REVITA não foi do apoio da solidariedade dos portugueses para os apoios agrícolas, ou, pelo menos, não foi na sua totalidade.

Quanto às segundas habitações, já disse o que pensava. Inicialmente, pôs-se essa hipótese, nas reuniões, porque houve sempre uma enorme vontade da parte dos autarcas, por razões óbvias, de as segundas habitações serem apoiadas. Mas depois, decidiu-se... Se havia dúvidas, quando ocorreram os incêndios de outubro elas ficaram dissipadas e decidiu-se que iríamos reconstruir as primeiras habitações e depois se veria o que seria possível no âmbito das segundas habitações.

Depois, surgiu tudo aquilo que sabemos, pelo que essa é uma decisão que, nas funções que atualmente desempenho, não me compete tomar. Julgo que essa decisão estará, com certeza, em boas mãos e será tomada da forma mais sensata possível, em perfeita articulação com os autarcas, que são os principais interessados e conhecem aquela realidade como ninguém.

Em relação ao Fundo de Solidariedade, não sei, em concreto, onde e como é que o dinheiro foi aplicado, pelo que não posso ajudar na resposta a essa pergunta.

Quanto à redução dos dispositivos de combate, não sei a que se refere o OTI porque, antes pelo contrário, acho que houve um reforço significativo dos meios de combate. Pelo menos na parte que me diz respeito e nas equipas de sapadores florestais, temos hoje mais de 400 equipas de sapadores florestais, pelo que houve um aumento significativo dessas, que hoje também já fazem parte do dispositivo da defesa da floresta contra incêndios. Por isso, essa redução não me parece que tenha ocorrido. Antes pelo contrário, acho que houve um reforço desse dispositivo.

Relativamente aos apoios do PDR 2020, foram disponibilizados na altura, logo a seguir, no valor de 16 milhões de euros. Como disse na minha intervenção inicial, esses 16 milhões de euros foram disponibilizados de acordo com a regulamentação que existia, à data, e houve 900 000 € de candidaturas. Se as pessoas não concorreram... Temos de ter consciência de que a última coisa que as pessoas tinham em mente, depois de perderem tudo, era voltar a investir do seu bolso em floresta. Temos de ter consciência de que a desmotivação de quem acabou de perder tudo era óbvia. Até lhes poderíamos ter dado 100% que, provavelmente, eles pensariam duas vezes antes de fazerem esses investimentos. Não vale a pena termos ilusões ou achar que, depois de perderem tudo, até a casa e entes queridos, a primeira coisa que passaria pela cabeça daquelas pessoas seria investir na floresta, independentemente de ser um bom ou um mau investimento. E já vimos que, à luz da legislação que tínhamos, na altura, não era, com certeza, um investimento para curto ou médio prazo, pelo menos.

As pessoas que perderam tudo, estavam, acima de tudo, a pensar como é que poderiam, rapidamente, recuperar algum rendimento económico, e não a fazer um investimento hoje para colher daqui a 30 ou 40 anos. Julgo que

isto é perceptível e que qualquer pessoa que está de fora, mesmo que não conheça esta realidade, consegue perceber que, a seguir a um incêndio daquelas proporções, as pessoas não estavam muito preparadas para investir agora e colher daqui a 40 anos. Tomara elas saber onde é que iam obter um rendimento para os próximos dias, quanto mais para investir e colher dali a 40 anos.

Depois, relativamente ao Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Pedrógão, não sei se está em vigor ou não. Só sei que, à data, não tinha, mas esta é também uma questão que gostava de esclarecer. Não há vazios legais, nestes casos dos planos. Um Plano Diretor Municipal deve ser revisto de 10 em 10 anos e, se não for, vigora o anterior. Portanto, essa é uma falsa questão, que alimentou muita conversa, tendo toda a gente teorizado sobre isso de uma forma extraordinária, como se o facto de não haver Plano Municipal de Defesa da Floresta tivesse influenciado em alguma coisa aquilo que lá se passou.

O plano mantém-se em vigor enquanto não houver um novo. Por isso é que a Câmara Municipal de Pedrógão e, eventualmente, outras que não o tenham continuam a saber quais são as faixas de gestão de combustível que têm de limpar, onde é que elas estão, quais são as de segunda ordem e as de primeira ordem. Isso estava no plano anterior.

Mas tudo bem, porque se não tem deveria ter, deveria cumprir a lei. Se não cumpriu, deveria ser penalizado e, no âmbito da legislação atual, há penalizações para quem não tem PDM. Porventura, terão sido penalizados, mas não tenho a certeza, nem tenho esses dados.

Quanto a saber se as indemnizações foram justas ou injustas, julgo que há sempre... Julgo que também colocou essa questão em relação à aplicação dos apoios. É claro que, nestes processos, existem sempre injustiças e existe sempre quem se aproveite. Quando exigimos que as coisas aconteçam rapidamente, com muita urgência, quando todos queremos que tudo se

resolva e o ideal era que tudo se repusesse como estava antes do incêndio, é natural que haja sempre quem se aproveite destes procedimentos. Agora, não podemos é tratar o todo por uma exceção, por meia dúzia de pessoas, eventualmente, que nos envergonham a todos e que devem ser exemplarmente punidas.

Isso, sem dúvida alguma. Não podem é os 98% ou 95% que cumpriram exemplarmente e que ficaram penalizados, que foram vítimas para a vida toda e saíram dali sem nada, ver os seus nomes e os das suas famílias enxovalhados, sistematicamente, na televisão, como se fossem criminosos. Isso é que foi um péssimo serviço que prestámos, acima de tudo aos portugueses que doaram muito daquilo que tinham àquele território e àquelas pessoas, para depois verem aquelas imagens e aquelas notícias, a esmagadora maioria delas falsas, como já viemos a provar.

É importante que aqueles 5%, 6% ou 7% que se portaram mal sejam exemplarmente punidos — isso é importante —, mas a justiça fará esse caminho. Está a fazê-lo e vai fazê-lo, com certeza, como tem de fazer, mas temos de ter consciência de que aquelas pessoas acabaram por ser maltratadas e saíram mal daquele processo, desnecessariamente. E acho que 95% delas não mereciam, mas, pronto, isso é próprio da condição humana e é próprio dos dias de hoje.

Provavelmente, não poderíamos fazer nada para que assim não fosse, mas é este o meu sentimento, o de quem acompanhou aquelas pessoas, durante aqueles processos, naqueles meses a seguir. É o sentimento de quem acompanhou o sofrimento de todas aquelas pessoas que, depois, de um momento para outro, se viram retratadas da forma triste como aquela que, infelizmente, vimos.

Julgo que, no essencial, respondi às vossas questões.

A Sr.^a **Fabíola Cardoso** (BE): — E quais às mudanças possíveis?

O Sr. Eng.º **João Paulo Catarino**: — Em relação às segundas habitações?

A Sr.ª **Fabíola Cardoso** (BE): — Em relação aos apoios, em geral.

O Sr. Eng.º **João Paulo Catarino**: — Julgo que a mudança que tínhamos de fazer tem que ver com a questão da transformação da paisagem, porque o grande desafio é este, o do ordenamento do território, que é aquilo que nos falta fazer. É o que fizemos há 20, 30 ou 40 anos dentro dos perímetros urbanos.

Tendo eu também a pasta do Ordenamento do Território, acho que há aqui um desafio enorme, porque fizemos um trabalho exemplar nesse âmbito, dentro dos perímetros urbanos. Ou seja, quando se começou a equacionar passar, das CCDR para as câmaras municipais, a legislação e a fiscalização dos perímetros urbanos e dos parâmetros de edificação, havia muitas pessoas que achavam que ia ser uma desgraça e que íamos perder a mão à edificabilidade e aos limites da edificabilidade. A história veio provar-nos que não foi nada disso e que, antes pelo contrário, melhorámos substancialmente.

Julgo que, agora, falta-nos fazer esse caminho. As câmaras municipais podem e devem ter muito mais competências no espaço rústico, e é isso que estamos a fazer agora, com a transferência de competências e, acima de tudo, com este Programa de Transformação da Paisagem, em que estamos, claramente, a convocar os autarcas para trabalharem connosco, com a administração central, neste ordenamento no espaço rústico, dando-lhes uma regulamentação, dando-lhes os documentos legais, mas, acima de tudo, dando-lhes a componente financeira, que é sempre a grande limitação nestes

Programas de Transformação da Paisagem, porque criamos a regulamentação, mas, depois, não dizemos onde está o dinheiro.

Neste caso concreto, levamos um envelope financeiro associado a este Programa de Transformação da Paisagem e, portanto, não há razão para que isto não aconteça. Efetivamente, precisamos é dos agentes locais, porque sem eles não temos qualquer possibilidade de o fazer. Não vale a pena termos ilusões, tem de ser com eles. Por isso é que estamos a trabalhar com eles e temos vindo a trabalhar com as comunidades intermunicipais, para que se apercebam... Também estamos, obviamente, a construir alguns pormenores que, eventualmente, precisavam de aperfeiçoamento, na legislação, para que esta transformação da paisagem se faça naquele território, porque ele precisa, efetivamente, dessa transformação da paisagem. Isto não é para o País todo, porque há um País que está bem e que se recomenda, por isso, em termos de ordenamento do território...

Mas temos, efetivamente, um terço do País que precisa de um olhar diferente. Precisa de mais Estado, de mais investimento público, deste trabalho e deste acompanhamento técnico, e é isso que temos estado a fazer.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Secretário de Estado.

Não se registando mais nenhuma inscrição, resta-me dar por terminada esta audição, agradecer às Sr.^{as} Deputadas e aos Srs. Deputados que participaram na audição, bem como àqueles que nos acompanham *online*, agradecer a presença e o depoimento do Sr. Secretário de Estado João Paulo Catarino nos trabalhos da Comissão e, terminar, conforme me pareceu evidente ter sido solicitado por parte do PSD, deixando-lhe o *recuerdo* da transcrição do depoimento do Sr. Ministro da Agricultura, à data, e, agora, nosso colega Deputado, Luís Capoulas Santos.

Risos.

Quiçá, será para confrontação com o seu próprio depoimento, mas isso será objeto da nossa própria discussão.

Faço então essa entrega, conforme solicitado, e agradeço, mais uma vez, a sua presença.

Srs. Deputados, muito boa noite e muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

Eram 19 horas e 21 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.